

O E S S E N C I A L S O B R E

O Fim do Império Soviético

José Milhazes



INCM
INSTITUTO NACIONAL CASA DA PÓLIDA

O E S S E N C I A L S O B R E

O Fim do Império Soviético

O ESSENCIAL SOBRE

O Fim do Império Soviético

José Milhazes

Índice

- Capítulo I
- 7 **A pesada herança da «estagnação»
de Leonid Brejnev**
- Capítulo II
- 11 **Três conceitos para salvar a União
Soviética – Reestruturação, transparência
e novo pensamento**
- Capítulo III
- 15 **Primeira etapa**
- Capítulo IV
- 25 **Segunda etapa**
- Capítulo V
- 37 **Terceira e última etapa**
- Capítulo VI
- 53 **19 de Agosto de 1991**
- Capítulo VII
- 65 **A lenta agonia do império**
- Capítulo VIII
- 71 **Epílogo**
- Capítulo IX
- 79 **O duelo de dois gigantes**
- 89 **Breve glossário**

Capítulo I

A pesada herança da «estagnação» de Leonid Brejnev

Todos os impérios na história da humanidade nasceram, desenvolveram-se e acabaram por desintegrar-se em novas formações estatais, e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) não fugiu a essa regra.

No entanto, é de assinalar que poucos eram os que esperavam que o império, que desempenhou um papel fundamental na derrota das tropas nazis durante a II Guerra Mundial (1941-1945), que conheceu um alto nível tecnológico, capaz de enviar o primeiro satélite artificial (1957) e o primeiro homem para o espaço (1961), de produzir armas de destruição maciça como a bomba de hidrogénio, sobrevivesse tão pouco tempo (1917-1991) e se desmoronasse tão rapidamente (1985-1991).

A explicação para a rápida queda do império soviético parece não residir em manobras encobertas de forças externas à URSS, como tentam convencer alguns adeptos da teoria da conspiração, mas na incapacidade do regime comunista

de responder aos desafios da modernidade, nomeadamente da revolução científica e tecnológica que ocorreu a partir dos anos 70 do século XX, bem como no expansionismo desenfreado que fez mergulhar este país numa corrida aos armamentos com os Estados Unidos, o seu principal adversário na «guerra fria».

Quando Mikhail Gorbatchov é eleito, em 11 de Março de 1985, Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), força política única, onnipotente e onnipresente no país, herda um pesado fardo do período a que os soviéticos chamavam «estagnação», espaço de tempo compreendido entre a chegada ao poder de Leonid Brejnev, em Outubro de 1964, e a morte de Konstantin Tchernenko, em Março de 1985 (M. Gorbatchov, *Obras em 19 Volumes*, Moscovo, 2008-2011).

No plenário do Comité Central (CC) do PCUS, Gorbatchov revela a imagem de uma economia bem longe da idealizada na propaganda comunista.

Anatoli Tcherniaiev, funcionário da Secção Internacional do PCUS e, mais tarde, assessor do dirigente soviético, cita alguns dos números revelados que caracterizam bem a situação no ramo agro-pecuário da URSS: «O trabalho manual na transformação de produtos alimentares situa-se entre os 50% e os 60%. A produtividade do trabalho na indústria de transformação de produtos agrícolas é duas vezes menor que nos países capitalistas. Apenas existem frigoríficos, e os existentes não correspondem às exigências modernas, para guardar 26% dos legumes e batatas colhidos. Como resultado de tudo isso, as perdas de produtos agrícolas rondam os 25%.

Anualmente, durante a conservação e transporte de produtos alimentares, perde-se 1 milhão de toneladas de batata, cerca de 1 300 000 toneladas de legumes, de 3 a 4 milhões de toneladas de beterraba açucareira e 100 000 toneladas de carne» (A. Tchernaiev, *Saída Conjunta*. ROSSPEN. Moscovo, 2010).

A situação era semelhante também na indústria de ponta, fundamental para manter altos níveis de crescimento económico.

A. S. Narianin escrevia em 1985: «A situação da indústria informática soviética é catastrófica. O precipício que nos separa do nível mundial aumenta cada vez mais rapidamente. Estamos próximos não só da incapacidade de copiar protótipos ocidentais, mas também de não acompanharmos o nível mundial de desenvolvimento» [A. S. Nariniani, «Sobre o programa soviético de desenvolvimento acelerado dos computadores» (<http://tapemark.narod.ru/narinjani.html>)].

A tudo isso acrescenta-se a queda brusca dos preços dos hidrocarbonetos no mercado mundial. Sendo a URSS um dos grandes exportadores de petróleo, essa queda provocou uma redução da entrada de moeda convertível no orçamento soviético da ordem de 30 % entre 1985 e 1986.

No campo internacional, Mikhail Gorbatchov recebe também um país envolvido não só numa dispendiosa corrida aos armamentos com os Estados Unidos, mas também em numerosos conflitos militares no terceiro mundo: Afeganistão, Angola, Etiópia, Moçambique, etc.

Anatoli Tchernaiev retrata assim no seu diário o pensamento da elite política e intelectual soviética

que via a necessidade de medidas urgentes: «Aumentavam os tons negros da estagnação total. A economia degradava-se. A agricultura perdeu definitivamente a capacidade de alimentar o país: um terço dos cereais era importado, fazendo esgotar as reservas de ouro e devorando grande parte dos petrodólares. A enorme dívida pública, que era escondida da população, ameaça provocar a falência financeira numa altura em que desciam os preços mundiais do petróleo.

As alavancas de governação falhavam. O quadro gritante da incompetência, do cinzentismo e da mentira, a degeneração dos dirigentes falidos, era demonstrado nos relatórios dos ministros e secretários das organizações regionais do partido nas reuniões no Secretariado do CC do PCUS e no *Bureau Político*» (Tchernaiiev, *op. cit.*).

Capítulo II

Três conceitos para salvar a União Soviética – Reestruturação, transparência e novo pensamento

Perante situação tão grave, Mikhail Gorbatchov e os seus apoiantes na direcção do PCUS lançam mãos à política que mais tarde se veio a chamar «*perestroika*» (reestruturação).

Essa palavra saiu da boca do dirigente soviético precisamente um ano após a sua chegada ao poder, quando de uma visita à fábrica de automóveis *Lada*, um dos símbolos soviéticos da cidade de Togliatti [I. Solomonov, «Gorbatchov da era pós-Gorbatchov», *Stolitchnie Novosti*, n.º 13 (400), 11-17 de Abril de 2006].

«É preciso, antes de tudo, começar pela reestruturação do modo de pensar e da psicologia, da organização, do estilo e dos métodos de trabalho. Quero dizer sinceramente que, se nós próprios não nos reestruturarmos, não conseguiremos reestruturar também a economia, a nossa vida social no espírito das decisões do congresso. Mas, nesse caso, não saberemos resolver as tarefas que nos são colocadas, cujas envergaduras e inovação

não têm precedentes» (I. Chapoval, «Como é que os golpistas pretendiam retirar o país da crise», *Zerkalo Nedeli*, n.º 31, 19 de Agosto de 2006).

Grosso modo, a *perestroika* pode ser dividida em três períodos. A primeira etapa (Março de 1985-Janeiro de 1987) caracteriza-se pelo reconhecimento de algumas falhas do sistema social e político existente na URSS e por tentativas de as emendar através de grandes campanhas de carácter administrativo, que ficaram conhecidas pelo termo «*uskorenie*» (aceleração): a campanha de combate ao alcoolismo, a luta contra «os rendimentos ilícitos», a criação do controlo estatal da qualidade da produção e a luta contra a corrupção.

É de salientar que estas medidas não vão além do «sistema económico e político socialista». Porém, é neste período que Mikhail Gorbatchov faz sérias alterações nos quadros dirigentes do país, nomeando «caras novas» como Alexandre Iakovlev, Egor Ligatchov, Nikolai Rijkov, Boris Ieltsin, Anatoli Lukianov, etc.

A segunda etapa (Janeiro de 1987-Junho de 1989) é conhecida por «século de ouro» da *perestroika*, pois foram realizadas reformas de grande envergadura nas mais diversas esferas da vida da sociedade soviética, que entraram em choque com o próprio sistema comunista existentes na URSS e nos países satélites da Europa Oriental.

É neste período que começa a política da *glasnost* (transparência), que ainda não é a liberdade de imprensa, mas permitiu abrir brechas na censura soviética e discutir temas anteriormente tabus, como é o caso dos crimes realizados por dirigentes comunistas como Vladimir Lenine ou José Estaline.

No campo da economia, o monopólio da propriedade estatal é abalado pela iniciativa privada sob a forma de cooperativas de produção e de comércio, assistindo-se à criação de empresas mistas com capital estrangeiro.

A política externa soviética passa a basear-se na doutrina do «*novoe michlenie*» (novo pensamento), que renuncia à abordagem de classe na diplomacia, optando por um melhoramento e aprofundamento de relações com o Ocidente.

Por outro lado, neste período começam a revelar-se processos anteriormente esmagados pela repressão, principalmente no campo nacional. Num país habitado por cerca de 200 povos diferentes, começou a quebrar-se o verniz da política comunista da «amizade dos povos» e ocorrem os primeiros confrontos interétnicos.

Além disso, a situação económica degrada-se, deixando cada vez mais evidente que o «sistema planificado soviético» não era reestruturável e a ideologia comunista não era capaz de gerar novas ideias.

A terceira e última etapa (Junho de 1989-Dezembro de 1991) teve início no I Congresso dos Deputados do Povo da URSS e termina com o discurso de demissão de Mikhail Gorbachov e com a substituição da bandeira vermelha soviética pela tricolor russa no Kremlin, centro do poder na URSS e Rússia.

Trata-se de um período de forte desestabilização na vida económica, política e social do país. Após o citado congresso, começa a luta com vista à liquidação do monopólio político do PCUS e à abertura da vida política a novas forças.

As dificuldades económicas agudizam-se, sendo as prateleiras completamente vazias das lojas soviéticas a mais fiel amostra da crua realidade. A euforia social provocada pelas perspectivas demasiadamente altas depositadas pelos soviéticos na *perestroika* e a sua subsequente desilusão fazem aumentar as disposições anticomunistas na sociedade.

Este período caracteriza-se igualmente pelo aumento brusco dos confrontos étnicos em diversas repúblicas da URSS e entre elas, dando origem àquilo que se convencionou chamar a «parada das soberanias».

Na arena internacional, os países satélites, aos primeiros sinais de abertura, debandam do «campo socialista» e a URSS começa a perder posições em relação ao Ocidente, fazendo cedências que só foram possíveis por inocência política da parte dos dirigentes soviéticos.

O resultado de todos esses processos foi, primeiramente, a destruição do PCUS enquanto espinha dorsal do império soviético e, logo a seguir, o fim da própria URSS.

Capítulo III

Primeira etapa

Como homem e político formado no sistema da *nomenklatura* soviética, Mikhail Gorbatchov considera, quando chega a Secretário-Geral do PCUS, que a URSS necessita de um amplo programa de reformas, mas que nada deve colocar em causa a sobrevivência do regime comunista. Daí ele ter avançado com a fórmula da «aceleração do desenvolvimento do sistema social e político do país» (Mikhail Gorbatchov, *Perestroika. Anos de Transformação e de Esperança para a URSS e para o Mundo*, Edições Europa-América, 1987).

«Agora, a principal questão consiste em saber como e à custa de quê o país poderá conseguir a aceleração do desenvolvimento económico. A tarefa da aceleração dos ritmos de crescimento, e de forma considerável, é perfeitamente realizável se no centro do nosso trabalho se colocar a intensificação da economia e a aceleração do progresso técnico-científico, reestruturar a direcção e o planeamento, a política estrutural

e de investimento, aumentar em toda a parte a organização e a disciplina, melhorar radicalmente o estilo da acção.

Poderemos conseguir resultados de forma relativamente rápida se se puser em acção as reservas organizativas, económicas e sociais e, em primeiro lugar, activar o factor humano, conseguir que cada um, no seu local, trabalhe honesta e plenamente

Outra reserva que deve ser decididamente aproveitada é a luta contra o desperísimo e as perdas. Os dirigentes de numerosos ministérios e empresas tentam arrancar do Estado mais investimentos, aparelhos e máquinas, matérias-primas e combustível. Ao mesmo tempo, não os utilizam de forma racional», declarou Gorbatchov («Materiais do plenário do CC do PCUS», 23 de Abril de 1985).

A nova política exige novos quadros e o dirigente soviético começa por tentar rejuvenescer a elite soviética. Entre 1985 e 1986, são substituídos dois terços dos membros do *Bureau* Político do CC do PCUS, 60% dos secretários dos comités regionais e 40% dos membros do CC do PCUS.

«Sem uma ‘pequena revolução’ no partido nada conseguiremos, pois o poder real encontra-se nas mãos dos órgãos do partido. O povo não irá carregar no seu pescoço um aparelho que nada faz para a *perestroika*», afirma Gorbatchov na sessão do *Bureau* Político de Abril de 1986.

O dirigente soviético sente também necessidade de meios de informação mais abertos e proclama a política da *glasnost* (transparência), que ainda não significa o fim da censura, mas dá um maior campo de manobra aos jornalistas. No XXVII Congresso do PCUS, realizado em Fevereiro-Março de 1986,

Gorbatchov proclama: «A questão do alargamento da transparência é para nós uma questão de princípio. Trata-se de uma questão política. Sem a transparência não há e não pode haver democratização, criatividade política das massas, sua participação na direcção» (M. S. Gorbatchov, «Relatório político do CC do PCUS ao XXVII Congresso do PCUS», Moscovo, 1986).

Porém, esta medida, embora incompleta, leva à substituição dos directores e redactores-chefes de numerosos órgãos de informação, fazendo com que alguns se transformem em verdadeiros quebra-gelos no mar da censura comunista: a revista *Novii Mir* [*Mundo Novo*], os semanários *Moskovskie Novosti* (*Novidades de Moscovo*) e *Argumenti e Fakti* (*Argumentos e Factos*). Os soviéticos poderão ver filmes proibidos como *O Arrependimento*, do realizador georgiano Tengiz Abuladzé.

O processo de transparência sofre também um forte impulso após a avaria na central nuclear de Tchernobil, na Ucrânia, ocorrida na madrugada de 25 para 26 de Abril de 1986. Nos primeiros dias, as autoridades soviéticas tentaram esconder as dimensões da tragédia, mas estas foram de tal forma consideráveis que as obrigou a reconhecer a gravidade da situação a fim de evitar o pânico entre a população.

A agência de informação soviética TASS deu a primeira informação, muito curta, sobre a catástrofe na noite de 28 de Abril: «Na central nuclear de Tchernobil ocorreu um acidente. Um dos reactores foi atingido. Tomam-se medidas para liquidar as consequências do incidente. Presta-se a ajuda necessária às vítimas. Foi criada uma comissão

estatal para investigar o sucedido» («Tchernobil 1986-2006». GZT.ru de 25 de Abril de 2006).

A reacção de Mikhail Gorbatchov correspondia a todas as normas da propaganda soviética. Dirigindo-se aos seus concidadãos no dia 14 de Maio, ele acusou os países da NATO, e principalmente os Estados Unidos, de se terem agarrado a Tchernobil para «desacreditar» a União Soviética, «semear a desconfiança» em relação a ela e «desviar a atenção da opinião pública mundial das propostas soviéticas sobre desarmamento» (Lenta.ru, 26 de Junho de 2011).

Porém, os cidadãos soviéticos acreditavam mais nas informações que chegavam do estrangeiro através da «cortina de ferro» ainda existente.

Em Setembro do mesmo ano, o CC do PCUS decidiu pôr fim às interferências e ruídos com vista a impedir que os soviéticos ouvissem emissões em russo e noutras línguas dos povos da URSS de estações de rádio estrangeiras como a Voz da América, BBC, Europa Livre e Onda Alemã.

Porém, como já foi acima assinalado, isso não significou o fim da censura, mas apenas o seu abrandamento. O Glavlit da URSS, órgão que velava para impedir a entrada de «ideias estranhas ao socialismo» no país, ordenava, a 4 de Setembro de 1986, aos censores que concentrassem as atenções nas questões ligadas à protecção dos segredos de Estado e militares na imprensa e informassem os dirigentes comunistas de «violações substanciais» na esfera ideológica.

Gorbatchov concentra as suas atenções e esforços na política económica e social com vista a travar a crise no país. No plenário do CC do PCUS de 1985,

foi decidido apostar na modernização tecnológica da produção, o desenvolvimento acelerado principalmente da construção de máquinas enquanto base da modernização de toda a economia.

No ano seguinte, a direcção soviética avançou com programas como o «Intensificação-90», que previa o desenvolvimento de bens de consumo corrente a um ritmo quase duas vezes superior à construção de máquinas, ou o «Habitação-2000», que previa a construção de uma casa condigna para todos os cidadãos soviéticos.

Paralelamente, o Governo Soviético aprovou novas leis com vista à liberalização económica e à abertura aos capitais estrangeiros. A 19 de Novembro de 1986, foi aprovada a lei «sobre a actividade laboral individual», que permitia a iniciativa privada. A 13 de Janeiro de 1987, o Conselho de Ministros da URSS autorizava a criação de empresas mistas com a participação de capitais estrangeiros.

As empresas soviéticas passaram a ter a possibilidade de vender a produção fabricada além do plano estatal a preços livres, bem como a decidir questões como os salários dos funcionários e trabalhadores.

No entanto, tudo isto era realizado no âmbito do sistema socialista, inspirando-se os dirigentes soviéticos na «Nova Política Económica» de Vladimir Lenine. Realizada nos anos 20 do século XX, logo após o fim da guerra civil que se seguiu à revolução comunista de Outubro de 1917, essa política de liberalização económica visou acelerar, com recurso à iniciativa privada e a investimentos estrangeiros, a reconstrução da URSS. Depois do reforço do sis-

tema comunista, a direcção soviética, sob a direcção de José Estaline, pôs fim a todos os «resquícios do capitalismo» (Abel Aganbeguian, *A Revolução na Economia Soviética: A Perestroika*, Publicações Europa-América, 1998).

É neste período também que Mikhail Gorbachov toma algumas decisões pouco ponderadas, que se irão reflectir seriamente na política interna. Por exemplo, a luta contra o alcoolismo.

Em Maio de 1985, o CC do PCUS aprova o documento «sobre medidas para superar a embriaguez e o alcoolismo». Sendo o alcoolismo uma das mais graves chagas do país, essa medida visava resolver, simultaneamente, problemas sociais e económicos. Segundo os autores desse documento, a redução do consumo de álcool deveria levar ao aumento da disciplina laboral e, por conseguinte, contribuir para o aumento da produtividade do trabalho e da sua qualidade. Previa-se a redução anual de 10% do fabrico de bebidas alcoólicas.

Efectivamente, esta campanha fez temporariamente diminuir a mortalidade no país, mas as suas consequências económicas foram funestas, pois o Orçamento do Estado perdeu uma das principais fontes de receita. Além disso, ela levou à destruição de milhares de hectares de videiras, ao desaparecimento de bebidas alcoólicas nas lojas e ao aumento brusco do consumo de álcool contrafeito.

Esta campanha, realizada à velha maneira administrativa soviética, constituiu um dos primeiros golpes na popularidade de Mikhail Gorbachov (*Delovaia Pressa*, n.º 87-88, de 5 de Dezembro de 2005).

No campo da política externa, é de assinalar que Mikhail Gorbachov envereda pela política de

desanuviamento e aproximação com os Estados Unidos e a Europa Ocidental, tentando assim criar condições para reduzir bruscamente a corrida aos armamentos, que consumia mais de 25% do orçamento soviético.

Porém, neste primeiro período, a política externa soviética começa por ser pouco flexível, pois era ainda muito grande a desconfiança entre os dois principais actores da «guerra fria». O primeiro encontro de Gorbatchov com Ronald Reagan, Presidente dos Estados Unidos, realizado em Genebra no Outono de 1985, termina com a «Declaração sobre a inadmissibilidade da guerra nuclear», documento meramente declarativo. A 15 de Janeiro de 1986, o Governo Soviético publica o programa de desarmamento nuclear até 2000 e apela aos países do mundo que se juntem à moratória dos ensaios nucleares, declarada pela URSS em 1985, e à redução de diversos tipos de armas nucleares.

Em Outubro do mesmo ano, realiza-se o segundo encontro de Gorbatchov com Reagan, desta vez na Islândia. Em Reykjavik, o dirigente soviético mostra-se disposto a fazer sérias cedências se a outra parte estiver disposta a fazer o mesmo, mas sem êxito.

O dirigente soviético declarou então aos jornalistas: «Por que é que foi necessário o encontro em Reykjavik? Quais foram os motivos desta nossa iniciativa?»

O facto é que começaram a diminuir as esperanças de grandes mudanças na situação mundial que nasceu em nós todos logo após o encontro em Genebra. E eu penso que havia razões para isso. Nas conversações soviético-americanas foi dita muita

coisa, talvez demais, passeavam, como disse eu, ontem, ao Presidente, entre 50 a 100 variantes de várias propostas. Isso só põe em causa a fecundidade das discussões que aí [Genebra] se realizam.

Nos últimos tempos, essas conversações, simplesmente falando, são vãs, entraram praticamente num beco sem saída. A corrida aos armamentos não parou e é cada vez mais evidente que nos aproximamos do limiar depois do qual é inevitável uma nova fase dessa corrida com consequências imprevisíveis: políticas e militares.

A situação deteriorou-se, a preocupação no mundo voltou a aumentar. Penso que não exagero ao dizer, e vós sois testemunhas disso, que o mundo ferve. O mundo ferve e exige dos dirigentes de todos os países, antes de tudo dos das grandes potências, em primeiro lugar da União Soviética e dos Estados Unidos, vontade política, decisão, capacidade de travar tendências perigosas.

E, agora, realizou-se este encontro extremamente importante. Eu propus ao Presidente para que nós, em Reykjavik, déssemos aos seus ministros dos negócios estrangeiros e a outros órgãos competentes ordens para prepararem três projectos de acordos que eu e o Presidente poderíamos depois assinar durante a minha visita aos EUA.

Primeiro, sobre armas estratégicas, reduzi-las em 50% no mínimo. E com o cálculo de, até ao fim do século, liquidar completamente essa arma mais mortífera.

A nossa segunda proposta dizia respeito aos mísseis de médio alcance. Propusemos encarregar da preparação de um acordo também sobre esse tipo de armamentos: destruir completamente os

mísseis de médio alcance americanos e soviéticos na Europa. Além disso, ao contrário das nossas propostas de Genebra, deixámos completamente de fora o potencial nuclear da França e da Inglaterra. Embora, como compreendem, isso foi uma grande cedência da nossa parte.

Conhecemos o apego da Administração Americana e do Presidente à iniciativa de defesa estratégica. O nosso acordo com a continuação das experiências laboratoriais daria ao Presidente a possibilidade de levar até ao fim a sua ideia e compreender o que é a iniciativa de defesa estratégica.

O Presidente insistiu até ao fim em que a América tinha o direito de investigar e testar tudo o que diz respeito à iniciativa de defesa estratégica, não só nos laboratórios, mas fora deles, nomeadamente no espaço. Quem pode concordar com isso?» (Cimeira Soviético-Americana, Reykjavik, 11-12 de Outubro de 1986, Moscovo, 1986).

Mikhail Gorbatchov introduz também alterações substanciais na política soviética face ao Afeganistão depois de reconhecer que a via das armas não conduz à solução do conflito iniciado com a invasão soviética desse país da Ásia Central em 1979. Em Dezembro de 1986, o novo dirigente afegão Muhammed Nadjibulla proclama a política de conciliação nacional e faz aprovar uma Constituição. A 15 de Maio do ano seguinte, as autoridades afegãs dão início a um cessar-fogo.

Desse modo, Moscovo e Cabul esperavam preparar terreno para reforçar o poder das novas autoridades afegãs e dar início à retirada das tropas soviéticas [M. F. Slikin, *Afeganistão. Páginas da*

História (Anos 80-90 do Século XX). Moscovo, 2003;
V. N. Plastun, V. V. Andrianov, *Nadjibula. Afegani-
stão nas Garras da Geopolítica*. Moscovo, 1999].

Capítulo IV

Segunda etapa

Considera-se que o «século de ouro» da *perestroika* teve início no plenário do CC do PCUS sobre a política de quadros, realizado a 27 de Janeiro de 1987. Tendo em conta que a primeira etapa ficou caracterizada por resultados mais que modestos, Gorbatchov envereda pela renovação dos quadros comunistas e tenta utilizar as energias dos soviéticos que não militavam no PCUS.

No seu relatório «sobre a reestruturação e a política de quadros do partido», o dirigente comunista defende a transformação do PCUS de estrutura de Estado num partido político real.

«É preciso renunciar decididamente às funções administrativas que não são próprias dos órgãos do partido», frisou ele.

Além disso, Gorbatchov defende «o reforço da democracia no seio do partido».

Paralelamente, propõe a nomeação de pessoas que não eram membros do PCUS para quadros dirigentes, a transformação dos Sovietes em

«verdadeiros órgãos de poder nos seus territórios», devendo os seus dirigentes ser eleitos em escrutínios com a participação de mais de um candidato. Isto levou às primeiras eleições alternativas dos Sovietes em numerosos círculos eleitorais no Verão de 1987, pela primeira vez na URSS depois de 1918.

Nesse mesmo plenário, Gorbatchov apela ao reforço da *glasnost*, considerando que «chegou a hora de elaborar leis que garantam a transparência».

«Não devem existir zonas fechadas à crítica. O povo precisa de saber toda a verdade. Mais do que nunca, precisamos de luz, para que o partido e o povo saibam tudo, para que no nosso país não existam cantos escuros onde se forme novamente bolor», declarou ele.

Isto permitiu, entre outras coisas, que o diário *Pravda*, órgão oficial do CC do PCUS, publicasse, a 23 de Janeiro de 1988, o artigo «Tapetes em cima de ouro», onde foi denunciado um grave caso de corrupção no Uzbequistão, em que estavam envolvidos altos funcionários comunistas. O exemplo foi imediatamente seguido por órgãos de informação noutras regiões do país («Materiais do plenário de Janeiro de 1987 do PCUS», Moscovo, 1987).

Em Dezembro de 1986, Gorbatchov chama do exílio Andrei Sakharov, pai da bomba de hidrogénio soviética, um dos mais conhecidos dissidentes, a sua esposa, Elena Bonner, e liberta logo a seguir mais 140 dissidentes das prisões soviéticas. Estes estão na origem de organizações políticas democráticas informais, que, mais tarde, desenvolveram um papel de relevo na retirada do monopólio do poder ao PCUS.

É também neste período que os leitores soviéticos passam a ter acesso a muitas obras proibidas dos seus clássicos: *Doutor Jivago*, de Boris Pasternak, *Os Filhos de Arbat*, de Anatoli Ribakov, *Vida e Destino*, de Vassili Grossman, *Requiem*, de Anna Akhmatova, etc. No filme *Assa*, do realizador Serguei Soloviov, soou pela primeira vez o «hino da perestroika», a canção *Queremos Mudanças!*, do compositor e cantor Victor Tsoi.

1987 é o ano em que o Governo Soviético começa a tomar medidas para permitir a liberdade religiosa entre a população soviética, nomeadamente autorizando a formação de novas paróquias ortodoxas e a abertura de novos templos das religiões com maior número de seguidores no país: cristianismo ortodoxo, islão, judaísmo e budismo.

No ano seguinte, a Igreja Ortodoxa da Rússia, com o apoio das autoridades soviéticas, assinala o milénio do Baptismo da Rus, pondo assim simbolicamente fim às perseguições religiosas que provocaram milhões de mortes na URSS estalinista. Além disso, nas eleições para os Sovietes (órgãos de poder legislativo) de 1989, foram eleitos cerca de 300 representantes de organizações religiosas, incluindo 192 sacerdotes ortodoxos [Vladimir Moss, *Igreja Ortodoxa numa Encruzilhada (1917-1991)*, São Petersburgo, 2001].

A XIX Conferência do PCUS, realizada entre 28 de Junho e 1 de Julho de 1988, foi sem dúvida um dos acontecimentos mais marcantes deste período. Pela primeira vez desde os anos 20 do século passado, os delegados ousaram criticar a direcção do onnipotente Partido Comunista. Isto é tanto mais importante se tivermos em conta

que os trabalhos da Conferência foram transmitidos em directo pela televisão e rádio soviéticos. O país parou durante vários dias para assistir a uma disputa livre de ideias («Matérias da XIX Conferência do PCUS», Moscovo, 1988).

Ao mesmo tempo que Mikhail Gorbatchov apresentava para aprovação a decisão de reformar o sistema político, nomeadamente através da realização de eleições alternativas dos Sovietes de todos os níveis, tencionava, sob pressão do sector comunista mais ortodoxo, conservar o papel dirigente do PCUS no país. Se, antes, os membros do Soviete Supremo da URSS, órgão legislativo máximo, eram eleitos apenas em círculos territoriais e nacional-territoriais, a partir da Conferência, passaram a ser eleitos pelo Congresso de Deputados do Povo, dois terços dos quais eram eleitos directamente pela população. Os restantes 750 eram eleitos por «organizações sociais», sendo a maioria nomeados pelo Partido Comunista.

Esta política provocou uma nova «onda de limpeza» no seio do *Bureau* Político do CC do PCUS. No Plenário do CC do PCUS de 30 de Setembro de 1988 foi decidida a maior purga no interior do órgão comunista supremo depois da era de José Estaline. Entre os afastados estava Andrei Gromiko, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS. («Materiais do plenário do CC do PCUS de Setembro de 1988», Moscovo, 1988).

É também nesta etapa que se começam a manifestar os problemas étnicos e nacionais até então reprimidos duramente pelas autoridades comunistas.

O primeiro sinal preocupante veio do Cazaquistão. Em Dezembro de 1986, Moscovo demite o dirigente comunista local D. Kunaev e impõe para o seu lugar Guennadi Kolbin, russo que nada tinha a ver com aquela república soviética. Jovens cazaques saíram para a rua em sinal de protesto, mas a manifestação foi esmagada (revista *Direito e Segurança*, n.º 1, de 2001).

Na era de Brejnev, nas repúblicas da URSS, o primeiro-secretário da organização local do PCUS era sempre um representante do principal povo, sendo o segundo-secretário russo.

Vieram também à tona as divergências territoriais entre várias das 15 repúblicas que constituíam a URSS. A primeira «bomba» deixada pela política nacional de José Estaline explodiu em Nagorno-Karabakh, Região Autónoma do Azerbaijão, cuja maioria da população é arménia (Crónica da Perestroika. Fundação Gorbachov. *In*: www.gorby.ru/activity/expocenter/bulid/).

Em Agosto de 1987, dezenas de milhares de arménios residentes em Nagorno-Karabakh enviaram a Moscovo uma petição onde exigiam a adesão dessa região à Arménia. Em Outubro do mesmo ano, milhares de pessoas protestam em Erevan, capital da Arménia, contra um incidente ocorrido na aldeia de Tchardakhlu, a norte de Nagorno-Karabakh. M. Assadov, primeiro-secretário da organização local do Partido Comunista do Azerbaijão, substituiu um arménio por um azeri na direcção de um *sovkhos* (unidade colectiva de produção agrícola), tendo provocando protestos da parte da população arménia (Cronologia do Conflito. Fundação Memorial.

In: www.memo.ru/hr/hotpoints/karabakh/ge-tashen/chapter 1.htm).

A 13 de Fevereiro de 1988, em Stepanakert, capital de Nagorno-Karabach, realiza-se o primeiro comício onde se exige a adesão desse território à Arménia. No dia 20 do mesmo mês, os deputados do Soviete de Nagorno-Karabakh dirigem esse pedido aos Sovietes Supremos da Arménia, do Azerbaijão e da URSS. Moscovo respondeu que essa decisão foi tomada devido a «acções de extremistas» e que contradiz os interesses do Azerbaijão e Arménia, mas não apresentou solução para o conflito que rapidamente se alastrava.

A 22 de Fevereiro têm lugar os primeiros confrontos entre arménios e azeris na aldeia de Askeran, tendo morrido dois azeris. Entretanto, em Erevan ocorre uma manifestação de cerca de 50 mil pessoas de apoio aos arménios de Karabakh. A televisão soviética fala em acções de «pessoas com intenções extremistas e nacionalistas», respondendo os arménios com o comício de cerca de um milhão de pessoas (Ashot Beglarian, «Ponto de viragem. 12 de Fevereiro de 1988 – Ponto de partida da actual etapa do conflito de Karabakh»).

A 27 de Fevereiro, A. Katussev, Vice-Procurador-Geral da URSS, anuncia oficialmente a morte dos dois azeris, o que, segundo alguns analistas, teria provocado um ataque contra a população arménia de Sumgaít, no Azerbaijão. Em dois dias, segundo dados oficiais, morreram 26 arménios e 6 azeris (*Izvestia*, 3 de Março de 1988), mas os arménios falaram em muitas dezenas de mortos, centenas de feridos e milhares de refugiados. Este foi o primeiro confronto entre etnias na História da URSS.

Moscovo apressa-se a tomar medidas para resolver os graves problemas económicos e sociais que poderiam ter estado por detrás do conflito. O CC do PCUS e o Conselho de Ministros da URSS aprovam o decreto «sobre as medidas para acelerar o desenvolvimento económico e social da Região Autónoma de Nagorno-Karabakh da República Socialista Soviética do Azerbaijão para 1988-1995».

Porém, essas medidas chegaram tarde. No dia 14 de Junho, o Soviete Supremo da Arménia decreta a anexação desse território, acto que é rejeitado pelo Azerbaijão três dias depois. Comícios de um lado e do outro, confrontos e crescimento da onda de refugiados. A 17 de Julho, o Soviete Supremo da URSS dá razão ao Azerbaijão e impõe o estado de emergência e recolher obrigatório em Nagorno-Karabakh (*Izvestia*, 16, 17 e 18 de Julho de 1988).

Os meses de Novembro e Dezembro ficaram marcados por confrontos sangrentos no Azerbaijão e na Arménia, que voltaram a provocar dezenas de mortos e centenas de milhares de refugiados de ambas as partes.

O primeiro conflito entre etnias após o início da *perestroika* continua por resolver até hoje. A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa conseguiu um cessar de fogo na região, mas Baku, de tempos a tempos, ameaça recorrer às armas para recuperar o território perdido.

Noutro extremo do império, nas costas do mar Báltico, o movimento autonomista e independentista começa a sentir-se na Estónia. A 23 de Agosto de 1987, quando se recordava a assinatura do Pacto Ribbentrop-Molotov, documento assinado em

1939 entre a Alemanha nazi e a União Soviética estalinista, que, entre outras coisas, determinou a anexação soviética da Estónia, Letónia e Lituânia, cerca de 2 mil estónios saíram para as ruas de Tallinn para exigir a independência do seu país.

Os partidos comunistas dessas três repúblicas não podiam ficar indiferentes à onda crescente de protesto, mas, inicialmente, não ousam avançar com a exigência da saída da URSS. A 26 de Setembro de 1987, o jornal *Edasi*, órgão da organização comunista da cidade de Tartu, segunda maior cidade estónia, publica a proposta de «autonomia económica» da Estónia, que acaba por levar à elaboração do documento «Estónia economicamente auto-suficiente» (em estónio: Isemajandav Eesti, cuja abreviatura IME traduz-se como «milagre»).

A 13 de Abril de 1988 é criada a Frente Popular da Estónia (Rahvarinne), que coloca como objectivo apoiar as reformas de Gorbatchov («Rahvakongress. Eestimaa Rahvarinde kongress 1.-2.X.1988. Matejialide kogumik». Koostanud J. Nõmm já A. Ottenson. Periodika, Tallinn 1998). A 3 de Junho surge o Movimento pela Perestroika da Lituânia (Sajudis) [Gueorgui Efremov, «Gostamos um do outro» (*Lituânia: Diário da Liberdade*. 1988-1990. Moscovo, 1992)] e, a 9 de Outubro, a Frente Popular da Letónia.

Mas o grito da independência só soou, em alto e bom som, no dia 11 de Setembro de 1988, no Campo das Canções de Tallinn, onde se juntaram 300 mil pessoas, ou seja, cerca de um terço da população da Estónia.

Na política externa, a segunda etapa é rica em acontecimentos. As ideias fundamentais da nova

atitude da URSS face ao mundo estão contidas no livro de Mikhail Gorbatchov: *Perestroika: Anos de Transformação e de Esperança para a URSS e o Mundo*, publicado em 1987 em russo e traduzido para dezenas de línguas estrangeiras.

Segundo o dirigente soviético, todas as divergências ideológicas e económicas entre o socialismo e o capitalismo devem recuar perante a necessidade da defesa dos valores universais. Neste processo, os países líderes devem sacrificar os seus interesses em favor dos países pequenos, dos objetivos comuns da paz e do desarmamento, porque, na era nuclear, é preciso boa vontade de todos para conseguir a sobrevivência da humanidade.

Um dos frutos mais importantes deste «novo pensamento» foi o fim da retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, que ocorreu a 15 de Fevereiro de 1989. A invasão do país vizinho em 12 de Dezembro de 1979, a pretexto de «prevenir uma invasão externa e reforçar as fronteiras meridionais da URSS», e a derrota das tropas soviéticas no terreno constituíram uma das páginas mais humilhantes da História da União Soviética e uma das principais causas da queda do império. Em cerca de dez anos, as tropas soviéticas perderam cerca de 15 mil soldados e oficiais, tendo ficado feridos mais de 54 mil.

Escusado será dizer que o regime afegão apoiado nas baionetas soviéticas pouco tempo resistiu após a retirada das tropas de Moscovo. O Afeganistão continuou mergulhado num período de profunda instabilidade que ainda hoje continua [M. F. Slinkin, *Afeganistão. Páginas da História (Anos 80-90 do Século XX). Política Rumo à Reconciliação durante*

e depois da Retirada das Tropas Soviéticas do Afeganistão. Moscovo, 2003].

Tem início também o processo de desintegração do chamado «sistema socialista mundial».

Já várias tentativas tinham sido feitas nos países satélites da URSS no Leste da Europa para se libertarem do controlo de Moscovo: Hungria em 1956, Checoslováquia em 1968 e Polónia em 1980, mas só com a chegada ao poder de Mikhail Gorbatchov se tornou possível substituir a «Doutrina de Brejnev», que limitava a soberania interna e externa dos países satélites, pela «Doutrina de Sinatra», assim chamada por ter ido buscar o seu nome à canção do famoso artista de *My Way* («Moscovo e Europa Oriental», «Em nome de Estaline», Rádio Eco de Moscovo, 4 de Outubro de 2008).

Em 1988, o movimento anticomunista polaco «Solidariedade», criado em 1980 por Lech Walesa, electricista no Estaleiro Naval Lenine de Gdansk, conseguiu, através de várias ondas de greves, obrigar o general Wojciech Jaruzelski a sentar-se à mesa das conversações e a aceitar a realização de eleições parlamentares multipartidárias em Junho do ano seguinte, do qual sai o primeiro governo polaco não comunista depois do fim da II Guerra Mundial.

Também em 1988, o Partido Operário Socialista da Hungria substitui o seu dirigente Janos Kadar e o Parlamento desse país aprova um «pacote democrático de leis» que prevê, entre outras coisas, o pluralismo sindical, a liberdade de reunião e expressão, a criação de partidos políticos e a realização de eleições multipartidárias.

Paralelamente têm lugar profundas alterações no Tratado de Varsóvia, organização militar que

juntava a União Soviética, Polónia, Roménia, Bulgária, Hungria e República Democrática Alemã, em contrapeso à Aliança Atlântica (NATO). Em 1987, os membros do Tratado de Varsóvia aprovam uma nova doutrina militar «puramente defensiva», que previa a redução unilateral de armamentos até ao patamar da «suficiência sensata».

Nas relações com os Estados Unidos e a NATO assiste-se a uma aproximação muito rápida das partes, devida, fundamentalmente, à maleabilidade dos líderes soviéticos.

Entre os acontecimentos mais importantes nesta área é de assinalar a assinatura, a 7 de Dezembro de 1987, em Washington, do Acordo sobre a Liquidação de Mísseis de Médio e Curto Alcance, que entrou em vigor em Junho do ano seguinte.

Segundo esse documento, soviéticos e norte-americanos comprometiam-se a não produzir, testar e instalar mísseis balísticos e de cruzeiro de alcance médio (entre 1000 km e 5500 km) e curto (de 500 km a 100 km).

Além disso, as partes deviam, em três anos, destruir todas as bases terrestres de lançamento e mísseis com raio de acção entre 500 km e 5500 km, incluindo os mísseis instalados tanto na parte europeia como asiática da URSS.

Este foi o primeiro tratado na História sobre redução real de armamentos, prevendo também processos de verificação por inspectores (www.un.org/ru/documents/dec1_conv/conventions/pdf/treaty.pdf).

Antes disso, a 28 de Maio de 1987, Gorbachov, a pretexto da aterragem de um avião ligeiro, tripulado pelo cidadão alemão Matthias Rust, na Praça Vermelha de Moscovo, empreende uma limpeza

nas chefias militares. Porém, algumas das escolhas foram claramente infelizes. O novo ministro da Defesa da URSS, Dmitri Iazov, será um dos que irá dirigir, a 19 de Agosto de 1991, a tentativa de derrubar o próprio dirigente soviético (Volter Kraskovski, «O transgressor tornou-se ‘nosso’», *Nezavissimoe voennoe obozrenie*, n.º 4, 2001).

Capítulo V

Terceira e última etapa

Março de 1989 marca o início desta etapa, pois foi então que se realizaram as eleições para o I Congresso dos Deputados do Povo da URSS. Não obstante as autoridades comunistas terem feito grandes esforços para impor os seus candidatos no primeiro duelo eleitoral concorrente e plural, a campanha eleitoral tornou-se num grande passo para a liberdade de expressão e num palco de luta política real. É nesta campanha que é eleito um grupo de conhecidos reformadores: o economista Gavrill Popov, o historiador Iúri Afanassiev, o advogado Anatoli Sovtchak, a socióloga Galina Starovoitova, o físico Andrei Sakharov, o membro do CC do PCUS Boris Ieltsine e outros.

Os trabalhos do Congresso iniciaram-se a 25 de Maio e foram transmitidos em directo pela televisão, o que praticamente paralisou o país, porque os soviéticos não queriam perder os acesos debates.

Este fórum, constituído por 2250 deputados, número que tornava praticamente impossível

qualquer discussão séria e profunda dos problemas, elegeu Mikhail Gorbatchov Presidente do Soviete Supremo da URSS. No último dia dos trabalhos os reformadores, que se encontravam em clara minoria, organizaram-se no Grupo Inter-Regional de Deputados do Povo e apresentaram como seu programa a aceleração posterior das transformações económicas e políticas na URSS, uma reforma ainda mais radical da sociedade soviética (Vadim Medvedev, «Na equipa de Gorbatchov. Olhar de dentro». Moscovo, 1994; «I Congresso dos Deputados do Povo». Moscovo, 1989).

Entretanto, no Verão de 1989, tem início na cidade de Mejduretchensk, na Sibéria, a primeira grande greve de mineiros na União Soviética, que irá ser uma forte dor de cabeça para os dirigentes soviéticos.

O II Congresso dos Deputados do Povo da URSS decorreu entre 12 e 24 de Dezembro de 1989. Nele, a minoria democrática radical, dirigida por Boris Ieltsin, exige, pela primeira vez, a abolição do artigo n.º 6 da Constituição da URSS, que rezava que «O PCUS é a força dirigente e orientadora». Do outro lado do espectro político, o grupo «Soyuz», que reunia deputados comunistas ortodoxos, exige a concentração de poderes em Moscovo para travar os processos separatistas nas várias regiões da União Soviética («II Congresso dos Deputados do Povo, 12-24 de Dezembro de 1989». Moscovo, 1990).

A capital soviética e outras cidades soviéticas são assoladas por grandiosas manifestações, cujos participantes apoiam a abolição do citado artigo da Constituição, o que obriga Gorbatchov a ceder.

No III Congresso dos Deputados do Povo, a 15 de Março de 1990, o dirigente soviético concorda com o fim do monopólio do poder por parte do PCUS, abre o caminho ao multipartidarismo, mas reforça ainda mais os seus poderes ao propor a criação do cargo de Presidente da URSS, proposta aceite pelos deputados que o elegeram para esse cargo [Lei da URSS de 9 de Outubro de 1990 n.º 1708-1 sobre organizações sociais; Constituição da URSS (redacção de 26 de Dezembro de 1990)].

O facto de Gorbatchov não se ter sujeito ao voto popular, mas ter optado pela eleição nesse Congresso, limitou fortemente a sua legitimidade e deixou-o claramente enfraquecido face aos dirigentes das 15 repúblicas soviéticas, onde as tendências autonomistas e separatistas avançavam a passo rápido.

A 11 de Março de 1990, o Soviete Supremo da Lituânia proclama a independência do país, tornando-se na primeira república soviética a dar esse passo. Moscovo respondeu, inicialmente, com sanções económicas, mas, a 11 de Janeiro do ano seguinte, decide recorrer às tropas que provocaram um banho de sangue (15 mortos e 600 feridos), mas impulsionaram ainda mais os movimentos separatistas («Sair para ficar», revista *Vlast*, de 19 de Março de 1990; «Lituânia: Vinte dias de independência», revista *Vlast*, de 2 de Abril de 1990; «Lituânia: Presidente apostou no vermelho», revista *Vlast*, de 7 de Janeiro de 1991).

A 30 de Março de 1990, o Soviete Supremo da Estónia proclamou o restabelecimento da república que deixou de existir em 1940 (*Público*, 31 de Março de 1990).

Este processo de desintegração tornou-se particularmente perigoso para o Kremlin depois de os apoiantes de Boris Ieltsin terem vencido as eleições para o Soviete Supremo da Federação da Rússia, o terem eleito dirigente desse órgão e aprovado leis que vieram dar uma machadada final na União Soviética. A 12 de Junho de 1990, o I Congresso dos Deputados do Povo da Federação da Rússia, com 907 votos a favor e 13 contra, aprova a «Declaração da soberania estatal da RSFSR», onde se proclamava: «a fim de manter as garantias políticas, económicas e legais da soberania da RSFSR, estabelece-se: o poder total da RSFSR quando da tomada de quaisquer decisões sobre a vida estatal e social, salvo as que forem voluntariamente entregues à URSS; a supremacia da Constituição e das Leis da RSFSR em todo o seu território; a vigência dos actos da URSS que entrem em contradição com os direitos soberanos da RSFSR será suspensa pela República no seu território» (*Diário do Conselho de Deputados do Povo e do Soviete Supremo da RSFSR*. 1990, n.º 2).

Esta decisão provocou uma «guerra de leis» entre a Rússia e a URSS, sendo de salientar, por exemplo, o «Decreto sobre a Soberania Económica da Rússia», aprovado a 1 de Novembro de 1990.

Mikhail Gorbatchov declarou a propósito dessa declaração de soberania: «Se alguma república, utilizando o seu direito constitucional, e abandonar a União, esta sentir-se-á atingida, todos nós sofreremos com isso. Haverá muitos problemas, disso não há dúvidas. E se a Rússia realizar o seu direito de abandonar a União? Então a União Soviética deixará de existir. Nisto reside a particularidade da

Rússia. É preciso compreender isso» (*Sovietskaia Rossia*, 25 de Maio de 1990).

Além disso, essa decisão dos deputados russos originou a continuação da «parada de soberanias» nas restantes repúblicas da URSS e no interior da própria Rússia.

A 31 de Março, 98,93 % dos georgianos apoiam, em referendo, a proposta de independência da sua república, que foi proclamada a 9 de Abril. Porém, duas regiões autónomas da Geórgia, Abkhásia e Ossétia do Sul, decidem não reconhecer essa decisão e manter-se no seio da URSS. Estes últimos movimentos separatistas estiveram na origem, em Agosto de 2008, de um conflito armado entre a Geórgia e a Rússia, que levou à proclamação da independência desses dois territórios com o apoio de Moscovo (Alexei Zverev, *Conflitos Étnicos no Cáucaso*. 1988-1994. VUB University Press, 1996).

No dia 4 de Maio de 1990, o Soviete Supremo da Letónia proclama a independência desse Estado do Báltico. Esse passo é seguido pela Moldávia a 23 de Junho. Porém, esta última república vê perder duas partes do seu território: a República da Transdnistria e a Gagauzia, que manifestaram o desejo de continuar na URSS. O conflito entre a Moldávia e a primeira ainda está por resolver, enquanto com a segunda foi possível chegar a um acordo de união depois de lhe ser concedido um alto grau de autonomia (*História da República da Moldávia. Dos Tempos mais Antigos até aos Nossos dias*, Chisinau, 2002).

No interior da Rússia, a Chechénia é o caso mais emblemático e grave e, por isso, merece especial atenção.

Os primeiros contactos entre russos e chechenos ocorreram no século XVI, mas o território da Chechénia passou a fazer parte do império russo durante a Guerra do Cáucaso, que decorreu entre 1817 e 1864 (A. Ermolov, *Notas de A. P. Ermolov de 1798 a 1826*. Moscovo, 1991; Lev Tolstoi, *Hadji-Murat*. Relógio d'Água, 2009). Numerosos chechenos e povos dessa região montanhosa viram-se obrigados a encontrar refúgio na Turquia e noutros países muçulmanos (V. Potto, *Guerra do Cáucaso*. Stavropol, 1994).

Após a revolução comunista de Outubro de 1917, o Cáucaso foi alvo de numerosas alterações territoriais, realizadas ao sabor das experiências práticas dos bolcheviques no campo das nacionalidades. Foi precisamente nesta altura que foram colocadas as «minas étnicas» que continuam hoje a explodir naquela região.

Em Janeiro de 1922, a Chechénia e a Inguchétia (os chechenos e inguches são povos muito próximos, que falam a mesma língua) formam a República Autónoma Soviética Socialista Gorskaia. Em Novembro do mesmo ano, foi criado o Círculo Autónomo da Chechénia e, em 1924, o mesmo é feito com a Inguchétia no seio da República Soviética Federativa Socialista da Rússia (RSFSR). Dez anos depois, a Chechénia e a Inguchétia voltam a ser reunidas num círculo autónomo e, em 1936, em República Autónoma Socialista Soviética no seio da RSFSR.

Em 1942-1943, as tropas nazis ocuparam parte dessa república autónoma, que é reconquistada pelo Exército Vermelho em 1944. Este transformou-se num dos anos mais negros da história desse e de outros povos caucasianos.

No dia 31 de Janeiro de 1944, o Comité de Estado de Defesa da URSS decidiu deportar todos os chechenos e inguches para a Quirguízia e o Cazaquistão, alegadamente por terem colaborado com os ocupantes alemães. Em poucas semanas, foram deportadas cerca de 650 mil pessoas. Segundo dados do Comissariado do Povo para Assuntos Internos (NKVD), pelo menos 144 mil morreram durante a viagem e os primeiros quatro anos de exílio (N. F. Bugai, *Pravda o deportatsii tchetchenskogo e inguchskogo narodov//Voprosi istorii*. 1990, n.º 7).

Terminada a guerra em 1945, foram também deportados os milhares de soldados chechenos e inguches que combateram no Exército Vermelho.

A república autónoma foi liquidada e o seu território dividido entre a região russa de Stavropol, a Geórgia, o Daguestão e a Ossétia do Norte.

A reabilitação dos dois povos chegou em 1956 e a República Autónoma Socialista Soviética da Chechénio-Inguchétia foi restabelecida no ano seguinte. Com vista a compensar por um dos muitos crimes do ditador comunista José Estaline, o seu sucessor, Nikita Khrushchov, integrou na Chechénia dois distritos da região de Stavropol, mas à Inguchétia não foi devolvido o território entregue à Ossétia do Norte, o que originou um sangrento conflito armado em 1992, congelado rapidamente, mas ainda por resolver.

Em Novembro de 1990, o Soviete Supremo da República Autónoma Socialista Soviética da Chechénio-Inguchétia aprovou a Declaração de Autonomia e, no ano seguinte, chechenos e inguches voltam a viver em repúblicas separadas.

Entretanto, na Chechénia, começa-se a destacar a figura de Djokhar Dudaev, general do Exército Soviético de origem chechena que prestou serviço militar na Estónia e regressou à sua república em 1991, para dirigir o Congresso Nacional do Povo Checheno (CNPCh).

É de assinalar que os dirigentes do movimento autonomista e, depois, separatista na Chechénia são chechenos que fizeram carreira fora dessa república. A elite local estava integrada no sistema administrativo e burocrático soviético e não estava interessada em mudanças radicais.

A base do nacionalismo e separatismo era constituída pelos chechenos que tiveram de abandonar a sua terra por falta de emprego após o regresso do exílio em 1956, bem como aqueles que continuavam a ser discriminados e não se integraram «na nova comunidade histórica de pessoas: o povo soviético» (M. Kanitch, «O genocídio esquecido», partes 1 e 2. Revista *Polarnaia Zvezda*, de 13 e 20 de Outubro de 2006).

O CNPCh começou, desde o início da sua actividade, a desenvolver esforços com vista à criação de estruturas paralelas de poder.

A 6 de Setembro de 1991, destacamentos armados do CNPCh realizaram um levantamento militar e dissolveram o Soviete Supremo da Chechénia, a pretexto de que a organização chechena do PCUS tinha apoiado os golpistas a 19 de Agosto de 1991.

Em 27 de Outubro do mesmo ano, Djokhar Dudaev é eleito Presidente da República da Chechénia e, a 1 de Novembro, proclama a independência, passo que não foi reconhecido pelas autoridades russas.

Uma semana depois, o Presidente da Rússia, Boris Ieltsin, assina o decreto «sobre a imposição do estado de emergência na República da Chechénia e Inguchétia», mas essa decisão não foi apoiada pelo Soviete Supremo da Rússia, onde a maioria dos seus deputados estavam na oposição ao dirigente russo.

Os três anos seguintes são caracterizados por um reforço das posições dos separatistas na Chechénia e pela instabilidade nas relações com Moscovo.

A 3 de Março de 1992, Dudaev anunciou que a Chechénia só se sentará à mesa das conversações com os dirigentes russos depois de Moscovo reconhecer a sua independência. No dia 12, o Parlamento da Chechénia aprovou uma nova Constituição, declarando-a um Estado independente laico.

Esta situação de indefinição levou a que milhares de russos, voluntária ou voluntariamente, tenham abandonado a república, agravando as já difíceis condições sociais e económicas, 70% da população não tinha emprego.

Além disso, a economia chechena criminalizou-se rapidamente, tendo o território da Chechénia se transformado num centro de tráfico de armas, venda ilegal de petróleo e pilhagens de meios de transportes. Em 1993, foram realizados ataques contra 559 comboios e pilhadas 4000 carruagens.

O território checheno transformou-se também num centro de branqueamento de capitais (*História Contemporânea da Pátria. Século XX. Sob redacção de A. F. Kissiliov e E. M. Chaguin. Moscovo, 1999*).

Porém, é de sublinhar que as autoridades russas utilizavam essa situação caótica para resolver os seus problemas na região do Cáucaso. Por exemplo, em 1992, depois de treinados por estruturas militares russas, Chamil Bassaiev, terrorista que mais tarde se transformou numa autêntica dor de cabeça para os serviços secretos de Moscovo, e outros membros da Confederação dos Povos Montanhosos do Cáucaso foram enviados para apoiar os separatistas abkhazes na luta contra a Geórgia.

Derrotadas as tropas georgianas, Bassaiev regressa à Chechénia e organiza numerosas operações sangrentas não só nessa república, mas também no território da Rússia, que provocaram dezenas de mortos e feridos.

Entretanto, Moscovo tenta organizar a oposição chechena ao general Dudaev com vista a «vietnamizar» o conflito. A propaganda russa fala da existência de um grande descontentamento no interior da república em relação à política de Djokhar Dudaev e, em finais de 1993, a oposição dá início a guerra de guerrilha e, no Verão do ano seguinte, pede ajuda à Rússia.

A 26 de Novembro de 1994, os órgãos de informação russos noticiaram que forças armadas da oposição a Dudaev, apoiadas por 40 tanques, entraram em Grozni, mas foram derrotadas. Constatou-se que os tanques que foram queimados ou capturados eram tripulados por militares russos contratados pelos serviços secretos nos quartéis dos arredores de Moscovo.

Esta derrota russa pode ser considerada a primeira operação de duas guerras (1994-1996

e 2001-2009) com um número incalculável de vítimas entre civis e militares (O. Orlov e A. Tcherkassov, *Rússia-Tchetchénia: Sucessão de Erros e Crimes*. Moscovo, 2010).

Mas recuemos a Março de 1991, quando Gorbatchov organiza um referendo «pela conservação da URSS enquanto federação de repúblicas soberanas iguais», onde mais de 70 % dos participantes apoiaram essa posição, mas é de salientar que nele não participaram a Lituânia, Estónia, Letónia, Geórgia, Moldávia e Arménia (A. Tcherniaev, A. Veber, B. Palajtchenko, B. Slavin, V. Loguinov, L. Putchkova, N. Koroliova e T. Aleksandrova, «A união podia ser conservada. Livro branco. Documentos e factos sobre a política de M. S. Gorbatchov com vista a reformar e conservar o Estado multinacional». Moscovo, 2007).

A desintegração territorial era também provocada pelas dificuldades cada vez maiores na economia soviética. Em 1989 tornava-se claro que era impossível reformar a economia no quadro do «sistema socialista». A introdução de elementos da economia de mercado (autogestão de empresas públicas, pequena iniciativa privada) numa economia rigidamente planeada não teve resultados positivos. O país sentia cada vez mais a falta de produtos essenciais, apareceram senhas de racionamento em Moscovo, a primeira vez após a II Guerra Mundial, o Orçamento do Estado para 1989 já apresentava défice.

A direcção soviética era obrigada a avançar mais rapidamente para a abertura económica, mas os receios eram muitos. Depois do I Congresso dos Deputados do Povo da URSS, foi formado

um novo Governo, dirigido por Nikolai Rijkov. Dele faziam parte oito membros da Academia das Ciências da URSS, cerca de 20 doutorados. O novo executivo tencionava realizar o «Programa de Abalkin», do nome de um dos mais conceituados economistas soviéticos, que tinha por objectivo realizar profundas reformas no campo da economia e na estrutura do Governo e fazer a transição para a economia de mercado regulada. Por exemplo, tencionava-se reduzir o número de ministérios de 52 para 32.

Além disso, o programa previa a «reforma de preços», que os soviéticos interpretaram como aumento. Enquanto Rijkov apresentava o programa no Kremlin, os moscovitas limpavam as prateleiras das lojas. Foi vendida a norma mensal de óleo vegetal e manteiga e três normas mensais de farinha e desapareceram os cereais.

Perante a onda de protestos no país contra o aumento de preços, Gorbatchov suspendeu a realização do programa, prolongando a agonia do sistema económico comunista.

Em Dezembro de 1990, Rijkov é substituído à frente do Governo Soviético por V. Pavlov, mas a situação apenas piorou. Pavlov realizou uma reforma monetária extremamente impopular, a queda da produção registada em 1991 foi de 11%, as senhas de racionamento deixaram de garantir o acesso aos produtos essenciais, as repúblicas e regiões criaram barreiras alfandegárias e dinheiro local para defenderem os seus mercados (revista *Litchnie Dengui*, de 22 de Janeiro de 2007).

A popularidade de Mikhail Gorbatchov sofria uma queda brusca no interior do país, proporcional

ao seu aumento no mundo. Isto porque o mundo via resultados reais, positivos da nova política soviética.

Os países do «sistema socialista mundial» afastavam-se cada vez mais rapidamente da URSS para se aproximarem à Europa e Estados Unidos. O auge deste processo é a queda do Muro de Berlim e a reunificação da Alemanha.

Em Maio de 1989, sob a influência da abertura soviética, a Hungria decidiu pôr fim à fronteira militarizada existente com a Áustria. A direcção da República Democrática Alemã (RDA) não seguiu esse exemplo, mas milhares de cidadãos seus saíram para países socialistas vizinhos com vista a passarem para a República Federal da Alemanha (RFA). As embaixadas da RFA em Berlim Oriental, Budapeste e Praga tiveram de fechar as portas devido ao grande fluxo de refugiados alemães-orientais.

Quando a fronteira austro-húngara abre a 11 de Setembro desse ano, o Muro de Berlim perde o sentido. Em apenas três dias, cerca de 15 mil cidadãos da RDA entraram na RFA através da Hungria. Na própria RDA têm lugar gigantescas manifestações, cujos participantes exigem o fim do regime comunista e direitos cívicos e liberdades.

No dia 9 de Novembro, um porta-voz do Governo da RDA anunciou as novas regras de trânsito na fronteira com a RFA, mas milhares de alemães orientais, impacientes, começaram a atravessar os postos fronteiriços entre Berlim Oriental e Ocidental. No dia 22 de Dezembro, abrem-se as Portas de Brandenburgo, a primeira passagem oficial entre as duas partes da cidade. Porém, só em Outubro de 1990 é que o território da RDA passa também a fazer parte da RFA. Antes disso, em Julho

de 1990, o chanceler alemão Helmut Kohl propôs a Mikhail Gorbatchov que não impedisse a adesão da Alemanha unida à NATO, em troca de ajuda económica e de que a Aliança Atlântica não se alargaria ao Leste da Europa. Nenhuma das promessas alemãs foi cumprida (Alexei Demianov, «Vinte anos juntos» Lenta.ru, 4 de Outubro de 2010; «História da Alemanha». Sob a redacção de B. Bonvetch e Iu Gatalnikov. Moscovo, 2008; Ala Iarochinskaia. «A Rússia na mira do Ocidente». Agência de Informação Rosbalt, 13 de Fevereiro de 2007).

A queda do Muro de Berlim e a inactividade da URSS face a esse acontecimento levaram os checoslovacos a exigirem também o fim do regime comunista no seu país. A 28 de Novembro, o Partido Comunista da Checoslováquia renunciou ao monopólio do poder. Dois meses depois, Alexandre Dubcek, o dirigente checoslovaco derrubado pelas tropas soviéticas em 1968, é eleito Presidente do Parlamento e o dissidente anticomunista Vaclav Havel Presidente da República.

Na mesma altura, Todor Jikov é afastado do *Bureau* Político do Partido Comunista da Bulgária e substituído por Piotr Mladenov, mas isso foi insuficiente para travar as manifestações contra o regime pró-soviético. Em Fevereiro de 1990, o Partido Comunista renuncia ao monopólio do poder, permitindo a realização de eleições pluripartidárias.

Porém, a queda do regime comunista na Roménia ficou manchada de sangue devido à resistência do ditador Nicolau Ceaucescu.

Em Novembro de 1989, Ceaucescu foi reeleito pela quinta vez dirigente do Partido Comunista da Roménia e, ao contrário do que se estava a passar

nos restantes países do Tratado de Varsóvia, o país parecia uma ilha de estabilidade política. Porém, a 16 de Dezembro, a polícia política «Securitate» detém o sacerdote de origem húngara Laslo Tokes, o que provocou um levantamento popular na cidade de Timishoara. O ditador ordena o emprego da força para restabelecer o controlo da situação, mas, a 22 de Dezembro, os militares juntam-se aos manifestantes e ocorrem confrontos entre soldados e agentes da polícia política. Os revoltosos acabam por tomar de assalto o edifício do Comité Central do Partido Comunista da Roménia, detêm e fuzilam sumariamente Ceaucescu e sua esposa, Elena. O poder passa para as mãos da Frente de Libertação Nacional, dirigida por Ion Iliescu, que marcou eleições para Maio de 1990 (Nikolai Anischenko, «Fez mal em mexer na Transilvânia». Lenta.ru, 26 de Dezembro de 2009).

Este período ficou também marcado pelo anúncio do fim da «guerra fria» entre Estados Unidos e União Soviética, feito pelos líderes dos dois países, George Bush e Mikhail Gorbatchov, na Cimeira de Malta, a 3 de Dezembro de 1989.

A 21 de Janeiro de 1990, em Paris é assinada a chamada «Carta para a Nova Europa», documento que proclamava o fim do confronto de 50 anos entre os sistemas capitalista e socialista e o início de uma nova era de «democracia, paz e unidade».

Na Primavera de 1991 foram dissolvidos o Tratado de Varsóvia e o COMECON, organização económica que reunia os «países socialistas», as tropas soviéticas eram retiradas da Polónia, Checoslováquia e Hungria (M. Gorbatchov, *Vida e Reformas*. Moscovo, 1995).

Capítulo VI

19 de Agosto de 1991

A política do Presidente da URSS estava longe de gozar do apoio de todos os sectores sociais e políticos do país. Pelo contrário, as críticas das forças democráticas, por um lado, e dos sectores comunistas ortodoxos, por outro, aumentavam, pois a política de Mikhail Gorbatchov, no plano interno, era cada vez mais indecisa. Ele não se antecipava aos acontecimentos, mas conduzia uma acção meramente reactiva. Isto não obstante ter recebido poderes suplementares da parte do Soviete Supremo da URSS com vista a travar os processos de desintegração do país e de degradação económica e a eliminar o vácuo do poder que se criara no país.

Ambos os lados, por razões diferentes, tinham um mesmo objectivo: afastar Gorbatchov dos cargos de Secretário-Geral do PCUS e de Presidente da Rússia. Para Boris Ieltsin, que se legitimou com uma vitória nas eleições presidenciais realizadas na Federação da Rússia a 12 de Junho de 1991, o

afastamento de Gorbatchov era o último obstáculo para ele controlar o poder na Rússia.

No interior do PCUS, os militantes e dirigentes mais ortodoxos, que se juntaram no Partido Comunista da Federação Soviética Socialista da Rússia, receavam que Gorbatchov e Ieltsin acabassem por sepultar definitivamente essa força política e exigiam a convocação de um congresso extraordinário para derrubar o seu dirigente.

«Chegou a hora de pôr fim ao renascimento do nacionalismo e do extremismo!», disse Dmitri Iazov a Gorbatchov a 12 de Novembro de 1990. Este constituiu o primeiro aviso feito por um dos futuros organizadores e dirigentes do Comité Estatal para o Estado de Emergência (CEEE), que tentou derrubar o dirigente soviético através de um golpe de Estado em 19 de Agosto de 1991 (*Argumenti i fatki*, n.º 33. Agosto de 1991).

A 20 de Dezembro do mesmo ano, Eduard Chevarnadzé, ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, intervém no IV Congresso dos Deputados do Povo para se demitir do cargo e lançar um aviso: «Trata-se da mais curta e mais difícil intervenção da minha vida. Camaradas democratas, vós fugistes, os reformadores esconderam-se por detrás dos arbustos. A ditadura avança, declaro isto com toda a responsabilidade. Ninguém sabe que ditadura será, quem será o ditador e qual será a ordem.

Demito-me. Se assim quiserem, este é o meu contributo pessoal, o protesto contra a ditadura. Manifesto profundo agradecimento a Mikhail Sergueevitch Gorbatchov. Sou seu amigo, correli-gionário, apoiei e irei apoiar sempre as ideias da

reestruturação, da renovação, da democratização. Realizámos grandes tarefas na arena internacional. Mas considero que a demissão é o meu dever enquanto homem, cidadão e comunista. Não posso ficar indiferente aos acontecimentos no nosso país e às provas que esperam o nosso povo.

Mas, não obstante, a ditadura não passará, o futuro pertence à democracia e à liberdade» (*Sovietskaia Rossia*. 21 de Dezembro de 1990).

Gorbatchov respondeu ter ficado ofendido com o pedido de demissão de Chevarnadzé e considerou as suas acusações «fantasias» (*Sovietskaia Rossia*. 22 de Dezembro de 1990).

Em Abril de 1991, Gorbatchov é alvo de fortes críticas no Plenário do CC do PCUS e chega a apresentar o seu pedido de demissão, que não chegou a ser colocado à votação. O dirigente soviético, antes dessa reunião, tinha conseguido o apoio dos dirigentes de algumas repúblicas da URSS, nomeadamente de Ieltsin e de Nussultan Nazarbaiev, primeiro-secretário do Partido Comunista do Cazaquistão, para a elaboração de um novo «Tratado da União», em troca de algumas cedências.

Numa sessão fechada do Soviete Supremo da URSS, realizada nos dias 17 e 18 de Junho, os futuros dirigentes do CEEE voltam a exigir a tomada de medidas extraordinárias.

«No dia 17 de Junho, o Primeiro-Ministro Valentin Pavlov exigiu do Soviete Supremo poderes extraordinários para o Conselho de Ministros, incluindo a possibilidade de apresentação de projectos de lei. Propôs a imposição imediata do estado de emergência nos transportes, nos ramos

ligados à energia e combustíveis e à metalurgia. Se necessário, Pavlov admitia impor o estado de emergência em algumas regiões do país» (*Argumenti i Fakti*, n.º 33. Agosto de 1991).

Vladimir Kriutchkov, dirigente do KGB (polícia política) da URSS é ainda mais preciso: «Actualmente, as circunstâncias são tais que é impossível passar sem acções de carácter excepcional. Não ver isso é enganar-se a si mesmo.

Nos próximos tempos, no nosso país aparecerá toda uma plêiade de pessoas talentosas que irão saber o que fazer e reflectir com precisão os interesses dos nossos povos.

É preciso fazer tudo para que o poder executivo se levante, tenha os direitos necessários» (*Izvestia*, 12 de Setembro de 1991).

A decisão sobre a data do golpe para derrubar Gorbatchov parece ter sido tomada depois de os organizadores dessa acção saberem que poderiam ser afastados dos cargos que ocupavam caso fosse assinado um novo tratado sobre a constituição de uma nova união de Estados.

Boris Ieltsin recorda: «A 29 de Julho de 1991, em Novo-Ogariov (residência de campo de Gorbatchov nos arredores de Moscovo), realizou-se um encontro que tinha um carácter de princípio. Mikhail Gorbachov devia ir passar férias para Faros. Foi marcada a assinatura de um novo Tratado da União para 20 de Agosto, logo após o seu regresso da Crimeia.

A conversa começou numa das salas do palacete. Mas tinha uma sensação inexplicável de que alguém estava atrás das minhas costas, seguia-te permanentemente. Eu disse então: ‘Vamos para a varanda, parece-me que estamos a ser escutados.’

Gorbatchov respondeu com pouca firmeza: ‘Deixa-te disso’, mas acabou por seguir-me.

Nós falámos do seguinte. Eu comecei a convencer o Presidente de que se ele apostava numa Federação renovada, as repúblicas só adeririam a ela se ele substituísse pelo menos parte da sua corte mais odiosa. Quem acreditará no novo Tratado da União se o dirigente do KGB continuar a ser Kriutchkov, responsável pelos acontecimentos na Lituânia. Nenhuma república quererá ingressar nessa União. Ou o ministro da Defesa, Iazov, poderá estar um ‘falcão’ dos tempos velhos ultrapassados na nova comunidade?

Notava-se que a conversa não era fácil para Gorbatchov, ele estava tenso. Fui apoiado por Nursultan Nazarbaiev, disse que era obrigatório substituir Pugo, ministro do Interior, e Kravtchenko, presidente da Rádio e Televisão do Estado. Depois acrescentou: ‘E que Vice-Presidente é Ianaev?!’ Mikhail Sergueevitch disse: ‘Demitiremos Kriutchkov e Pugo.’

Os três decidimos, por unanimidade, ser necessário substituir Valentin Pavlov, então primeiro-ministro, depois da assinatura do Tratado.

Algum tempo depois, vi com os meus próprios olhos a transcrição da conversa do Presidente da URSS, do Presidente da Rússia e do dirigente do Cazaquistão. Depois do golpe de Agosto, os investigadores da Procuradoria encontraram no gabinete de Boldin, chefe do aparelho de Gorbatchov, em dois cofres, montes de pastas com textos de conversas de Ieltsin.

Talvez essa transcrição se tenha tornado o gatilho de Agosto de 1991» (B. N. Ieltsin, *Zapiski Prezidenta*, pp. 52-56).

No dia 1 de Agosto, Gorbatchov parte de férias para Faros, no Sul da Ucrânia. No dia 17 do mesmo mês, os golpistas decidem avançar e isolar o dirigente soviético.

No dia 19, os soviéticos acordaram ao som da música do bailado *Lago dos Cisnes*, de Piotr Tchaikovski, transmitido por todos os canais da televisão soviética, o que não era nada habitual. Às 6 horas, o Comité Estatal para Estado de Emergência anunciou o afastamento de Gorbatchov de todos os cargos e uma longa lista de promessas: «Devido à impossibilidade, por motivos de saúde, de Mikhail Sergueevitch Gorbatchov cumprir as suas competências de Presidente da URSS e devido à passagem, em conformidade com o artigo n.º 127.7 da Constituição da URSS, dos poderes de Presidente da URSS para o Vice-Presidente Ianaev, Guennadi Ivanovitch;

A fim de superar a profunda e geral crise, o confronto político, entre nações e civil, o caos e a anarquia, que ameaçam a vida e a segurança da União Soviética, a soberania, a integridade territorial, a liberdade e a independência da nossa Pátria;

Partindo dos resultados do referendo nacional sobre a conservação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas;

Orientando-nos pelos interesses vitalmente importantes dos povos da nossa Pátria, de todos os soviéticos;

Declaramos:

1. Em conformidade com o art. 127.3 da Constituição da URSS e com o artigo 2 da Lei da URSS

‘sobre o regime jurídico do Estado de Emergência’ e indo ao encontro das exigências das amplas camadas da população sobre a necessidade da tomada das medidas mais decididas com vista a evitar o deslize da sociedade para a catástrofe nacional, a garantir a legalidade e a ordem, impor o estado de emergência em algumas regiões da URSS por um período de seis meses a partir das 4 horas de Moscovo de 19 de Agosto de 1991.

2. Para dirigir o país e realizar eficazmente o regime de estado de emergência, formar o Comité Estatal para o Estado de Emergência da URSS, com a seguinte constituição: O. D. Baklanov – primeiro vice-presidente do Conselho da Defesa da URSS, V. A. Kriutchkov – presidente do KGB da URSS, V. S. Pavlov – primeiro-ministro da URSS, B. K. Pugo – ministro do Interior da URSS, V. A. Starodubtsev – presidente da União Campesina, A. I. Tiziakov – presidente da Associação das Empresas da Indústria, Construção, Transporte e Comunicações da URSS, D. T. Iazov – ministro da Defesa da URSS, G. I. Ianaev – presidente interino da URSS.

G. Ianaev, V. Pavlov, O. Baklanov.

18 de Agosto de 1991.

Do decreto n.º 1 do Comité Estatal para Estado de Emergência da URSS.

3. Suspender a actividade dos partidos políticos, das organizações sociais e movimentos de massa que impedem a normalização da situação [...]

6. Não se permite a realização de comícios, manifestações de rua, bem como greves [...]

11. Apresentar, no prazo de uma semana, propostas sobre a regularização, congelamento

e descida de preços de alguns tipos de produtos industriais e alimentícios, em primeiro lugar para as crianças, de serviços à população e alimentação, bem como o aumento de salários, reformas, subsídios para compensar diferentes categorias de cidadãos [...]

No prazo de duas semanas, elaborar medidas para regular os salários dos dirigentes das empresas e organizações públicas, sociais, cooperativas.

15. No prazo de um mês, preparar e informar o povo das medidas reais para 1992 com vista ao melhoramento radical da construção civil e à garantia de habitações à população [...]

16. Obrigar os órgãos do poder e de gestão no centro a organizar alguns tipos de produtos industriais e alimentícios, em primeiro lugar para as crianças, serviços à população e alimentação, bem como o aumento do salário, reformas, subsídios e pagamento de compensações a diferentes categorias de cidadãos [...]» (*Pravda*, 20 de Agosto de 1991.)

Tropas, equipadas com tanques e blindados, avançaram para o centro de algumas das grandes cidades soviéticas: Moscovo, Leninegrado, Tallinn, Riga (*Golpe de Estado. Crónica dos Dias Agitados*. Moscovo, 1991).

Porém, para espanto de muitos, os golpistas, comunistas ortodoxos, não seguiram a cartilha escrita por Vladimir Lenine: «O Estado e a revolução.» Os dirigentes do golpe, entre outras coisas, não cortaram os telefones, não detiveram possíveis dirigentes da resistência como Boris Ieltsin.

Talvez os golpistas esperassem que os soviéticos ficassem em casa receando os tanques e

fosse possível afastar Gorbatchov com um golpe palaciano, à semelhança do que aconteceu em Outubro de 1964, quando Leonid Brejnev destronou Nikita Khrushchov do cargo de dirigente do PCUS, até porque Gorbatchov já não era muito popular.

Mas a *perestroika* já tinha lançado as sementes da sociedade civil, que, nesse dia, rebentaram em Moscovo, Leninegrado e noutras cidades soviéticas. Os moscovitas saíram para as ruas do centro da capital para protestar contra as medidas dos golpistas.

Estes decretam o estado de emergência na capital soviética: «Decreto do Presidente interino da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sobre a imposição do estado de emergência na cidade de Moscovo.

Devido à agudização da situação na cidade de Moscovo, capital da URSS, provocada pelo incumprimento do decreto do Comité Estatal para o Estado de Emergência n.º 1 de 19 de Agosto de 1991, por tentativas de organizar comícios, manifestações de rua, factos de instigação de desordens, nos interesses da defesa e da segurança dos cidadãos em conformidade com o artigo 127.3 da Constituição da Rússia, decreto:

1. Declarar o estado de emergência a partir de 19 de Agosto na cidade de Moscovo.

2. Nomear comandante de Moscovo o general N. V. Kalinin, comandante da Região Militar de Moscovo, que passa a ter o direito de publicar ordens para serem cumpridas, que regulamentem as questões da manutenção do regime de estado de emergência.

O Presidente interino da URSS, G. Ianaev. Moscovo, Kremlin, 19 de Agosto de 1991» (*Pravda*, 20 de Agosto de 1991).

Às 12.15 horas, Boris Ieltsin saiu da Casa Branca, edifício onde se encontrava o Soviete Supremo da Rússia, subiu a um tanque de tropas que se tinham juntado aos manifestantes e dirigiu uma mensagem aos habitantes da Rússia, incitando-os a resistir. Quinze minutos depois, assinou um decreto em que considerava a criação do CEEE um «golpe de Estado» e revogou a vigência de todas as leis aprovadas por esse órgão.

Às 17 horas, os golpistas aparecem em público numa conferência de imprensa, para explicarem que «Gorbachov está a descansar e em tratamentos na Crimeia», que «é preciso tempo para tratar da saúde». Porém, o ar pouco seguro de Ianaev e de outros dirigentes do golpe denunciava problemas no interior desse comité. Ao princípio da noite, dois são internados no hospital e um abandona o comité.

Entretanto, os opositores concentram-se em torno da Casa Branca receando que os golpistas o tentassem tomar de assalto a fim de prender Boris Ieltsin e outros dirigentes russos.

No dia seguinte, o CEEE decidiu impor o recolher obrigatório na capital e decide-se pelo assalto da Casa Branca, mas a operação abortou, pois os militares viram-se perante muitos milhares de pessoas. Durante a madrugada, ocorreram confrontos no centro de Moscovo, que provocaram a morte de três jovens que tentaram impedir o avanço dos tanques para o edifício do Governo Russo.

A 21 de Agosto, o Soviete Supremo da Rússia reuniu-se em plenário extraordinário para analisar a «situação criada por um golpe de Estado». Ieltsin declarou que «o golpe é anticonstitucional, porque não há qualquer declaração do Presidente do país legitimamente eleito e não existem provas médicas de que Gorbachov esteja incapaz». Além disso, os deputados exigiram que revogassem todas as decisões e devolvessem as prerrogativas constitucionais ao Presidente soviético (Boris Ieltsin, *Notas do Presidente*. Moscovo, 1993).

Vendo-se perante a possibilidade de provocarem um banho de sangue de enormes dimensões, os golpistas cederam e, no mesmo dia, Dmitri Iazov ordenou a retirada das tropas de Moscovo. A maioria dos organizadores do golpe foi detida quando se dirigiam para um dos aeroportos da capital soviética com vista a sentarem-se num avião e a irem encontrar-se com Gorbachov. Foram detidas 12 pessoas.

No dia 22 de Agosto, Mikhail Gorbachov regressou a Moscovo vindo de Faros, mas, como reconheceu mais tarde, voltou a «outro país», onde já não havia lugar para ele na qualidade de presidente. Como diz o provérbio russo, «dois ursos não podem conviver na mesma toca» e ela estava ocupada por Boris Ieltsin (M. Gorbachov, *Golpe de Agosto. Causas e Consequências*. Moscovo, 1991).

Capítulo VII

A lenta agonia do império

Boris Ieltsin não perdeu tempo a colher os «louros» da sua vitória para que não fossem para outros, ou, mais precisamente, para Mikhail Gorbatchov. No dia 23 de Agosto, numa sessão pública transmitida em directo pela televisão, o dirigente russo obriga, de forma bastante humilhante, Gorbatchov a assinar um decreto que proibiu o PCUS, retirando-lhe assim uma alavanca de poder.

Além disso, o dirigente russo tenta pôr sob o seu controlo importantes órgãos de poder soviéticos. Entre 20 e 22 de Agosto, Ieltsin assina cinco decretos que colocam os órgãos de governo soviéticos sob a alçada de ministérios russos, bem como meios de informação, todo o tipo de meios de comunicações do Governo, bancos, correios, telégrafo, etc.

Os dirigentes das restantes 14 repúblicas soviéticas também não perderam tempo. A Ucrânia, Moldávia e Quirguízia proclamaram a sua indepen-

dência, respectivamente a 24, 27 e 31 de Agosto. No dia 1 de Setembro, é a vez do Uzbequistão, seguido do Tadjiquistão a 9, da Bielorrússia a 19 e da Arménia a 29. O Azerbaijão e a Turcoménia dão o mesmo passo a 18 e 27 de Outubro. No dia 12 de Dezembro, a Rússia denunciou o Tratado de Formação da União das Repúblicas Socialistas de 1922 e o Cazaquistão foi o último membro da URSS a «abandonar o barco» a 16 de Dezembro desse ano.

No entanto, Gorbachov tentava desesperadamente impedir a derrocada de todo o Estado chamado URSS e salvar pelo menos algumas das suas partes.

Como já vimos no capítulo anterior, a intenção do dirigente soviético era transformar a URSS numa União de Estados Soberanos. O acto de assinatura do tratado com vista à criação dessa nova formação estatal, mais semelhante a uma confederação de Estados, devia ser assinado a 20 de Agosto, mas o golpe de Estado fez abortar esse acontecimento.

Mais, o texto do projecto de tratado fora publicado no jornal *Pravda* a 3 do mesmo mês e, entre outras coisas, rezava: «Os Estados que formam a União detêm toda a plenitude do poder político, definem independentemente a sua organização nacional e estatal, o sistema de órgãos de poder e de gestão, eles poderão delegar parte das suas competências a outros Estados membros do Tratado.»

Em conformidade com o parágrafo 2 do artigo n.º 23, «O presente Tratado [...] entrará em vigor após a assinatura por delegações plenipotenciárias. Para os Estados assinantes, a partir dessa data

deixará de vigorar o Tratado de Constituição da URSS de 1922» (Projecto do Tratado da União de Estados Soberanos, Julho de 1991).

Numa declaração feita através da televisão soviética, Gorbatchov anunciou que o novo documento iria ser assinado pela Bielorrússia, Cazaquistão, Rússia, Tadjiquistão e Uzbequistão, devendo juntar-se a ele, no Outono, a Arménia, Quirguízia, Ucrânia e Turqueménia.

Porém, o golpe de Estado de 19 de Agosto, cujos organizadores afirmam terem realizado com vista à conservação da URSS, acelerou o processo de desintegração do país e fez também gorar as intenções de Mikhail Gorbatchov.

Mas o dirigente soviético não desistiu de salvar o que ainda considerava possível, até porque disso dependia a sua continuação ao comando das rédeas do poder. A 5 de Setembro de 1991, o V Congresso dos Deputados do Povo da URSS aprovou a «Declaração dos direitos e das liberdades do homem», anunciou um período de transição para a formação de um novo sistema de relações entre as repúblicas, de preparação e assinatura do Tratado sobre a União de Estados Soberanos.

No dia seguinte, as três repúblicas do Báltico, Estónia, Lituânia e Letónia, anunciam a sua saída da URSS, decisão que é finalmente reconhecida por Moscovo.

Durante o Outono, foi elaborado um novo projecto de Tratado de Formação da União de Estados Soberanos, como uma confederação de Estados independentes.

Sete das quinze antigas repúblicas soviéticas, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguízia, Rússia,

Tadjiquistão, Turqueménia e Uzbequistão, acordaram, a 14 de Novembro, marcar para 9 de Dezembro a assinatura do Tratado de Formação da União de Estados Soberanos, com a capital em Minsk. A Arménia e a Ucrânia, onde se tinham realizado referendos, cujos resultados foram um apoio inequívoco à independência, recusaram-se a juntar a essa União.

Porém, a 8 de Dezembro de 1991, os dirigentes da Bielorrússia, Rússia e Ucrânia reuniram-se em Belovejskaia Pucha (na Bielorrússia) e puseram fim à União Soviética.

«Depois de constatar que as conversações sobre a preparação de um novo Tratado de União entraram num beco sem saída, o processo objectivo de saída das repúblicas do seio da URSS e de constituição de Estados independentes tornou-se um facto real», lê-se no comunicado publicado após a reunião.

Além disso, os líderes das três repúblicas eslavas da URSS decidiram criar a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), organização que, no fundo, serviu para repartir a herança soviética e evitar o aparecimento de conflitos nessa base, tarefa que, no fundamental, foi cumprida. Logo a seguir aderiram a essa organização mais nove das antigas repúblicas da URSS: Arménia, Azerbaijão, Cazaquistão Geórgia, Moldávia, Quirguízia, Uzbequistão, Tadjiquistão e Turquemenistão.

Nesta situação, nada mais restou a Mikhail Gorbachov do que demitir-se de todos os cargos, visto que os dirigentes da CEI não encontraram para ele um lugar no novo xadrez político. Realizava-se o sonho de Boris Ieltsin de não repartir o poder com

ele (M. Gorbatchov, *Dezembro de 1991. A Minha Posição*. Moscovo, 1992).

O Presidente da Rússia volta a humilhar o seu rival político na hora da saída deste do Kremlin. Mikhail Gorbatchov recorda: «Na noite de 25 de Dezembro deveria realizar-se a entrega de poderes de Comandante Supremo ao Presidente da Rússia. Tinha sido acordado realizar a cerimónia da entrega no meu gabinete no Kremlin. Lá já estavam à nossa espera o ministro da Defesa, Chapochnikov, e vários generais, bem como os oficiais que estavam permanentemente de serviço junto da famosa ‘maleta’ com um sistema de controlo das armas nucleares pelo chefe de Estado. Passaram-se alguns minutos. O Presidente da Rússia estava atrasado. Depois, comunicaram-me que ele, em arrepio do nosso acordo, se recusava a comparecer. O que se estava a passar? Ieltsin e a sua corte tinham ouvido o meu discurso e ficou furioso.

Algum tempo depois, informaram-me que o Presidente da Rússia propunha um encontro em ‘território neutro’: na Sala de Catarina, onde normalmente se realizam as conversações com dirigentes de Estados estrangeiros. Talvez Ieltsin e a sua equipa tenham considerado isso uma jogada forte contra Gorbatchov. Mas isso foi ridículo, para não dizer estúpido. Por isso não perdi tempo a meditar sobre a situação criada e enviei imediatamente a Ieltsin um envelope com o decreto do Presidente da URSS sobre a entrega ao Presidente da Rússia os poderes de Comandante Supremo das Forças Armadas. Entreguei a ‘maleta com o botão nuclear’ ao ministro da Defesa, Chapochnikov, pedi-lhe para a entregar rapidamente ao novo dono

e informar-me do cumprimento dessa tarefa. Tudo isso foi feito durante alguns minutos.

Por conseguinte, logo após os primeiros minutos depois da entrega de poderes de Presidente do país, tive de enfrentar pessoas que chegaram ao poder sem qualquer cerimónia. Como mostraram os posteriores acontecimentos, essa não foi a única revelação das emoções vingativas de Ieltsin e de uma atitude definitiva para com ele» (Gorbatchov, *Vida e Reforma*, pp. 621-622).

Capítulo VIII

Epílogo

O processo que entrou na História da Humanidade com o nome de *perestroika* foi, é e continuará a ser objecto de acaloradas e acesas discussões, pois tratou-se de um fenómeno que alterou radicalmente os destinos do planeta Terra. Ele pode ser colocado ao lado de acontecimentos relevantes do século XX como as I e II Guerras Mundiais, a revolução comunista na Rússia de 1917 ou a formação da União Europeia.

Tratando-se de um processo que não é unanimemente aceite, consideramos ser justo dar a palavra ao seu iniciador, Mikhail Gorbatchov, para que faça um balanço dos acontecimentos.

Este balanço está contido na «Mensagem aos cidadãos soviéticos. Intervenção televisiva do Presidente da URSS, 25 de Dezembro de 1991», lida poucos minutos antes de a bandeira da URSS, com a foice e o martelo, ter sido substituída pela tricolor russa no Kremlin. Ou seja, tratou-se da última intervenção de Gorbatchov no cargo de Presidente soviético.

O dirigente da superpotência que, várias vezes, teve nas mãos, juntamente com o seu rival, os Estados Unidos da América, os destinos da Humanidade, declarou: «Caros concidadãos! Compatriotas! Tendo em conta a situação criada com a formação da Comunidade dos Estados Independentes, eu cesso a minha actividade no cargo de Presidente da URSS. Tomo semelhante decisão por considerações de princípio.

Defendi firmemente a autonomia, a independência dos povos, a soberania das repúblicas. Mas, ao mesmo tempo, também a conservação da união de Estados, a integridade do país.

Os acontecimentos decorreram segundo outro cenário. Predominou a política da desintegração do país e da desunião do Estado, com o que não posso estar de acordo.

A minha posição a este propósito não mudou mesmo após o encontro de Alma-Ata e as decisões aí tomadas.

Além disso, estou convencido de que decisões de semelhante envergadura deveriam ser tomadas com base na vontade popular.

Não obstante, irei fazer todos os possíveis para que os acordos aí assinados conduzam a uma concórdia real na sociedade e facilitem a saída da crise e o processo de reformas.

Ao discursar perante vós pela última vez enquanto Presidente da URSS, considero ser necessário fazer uma avaliação do caminho atravessado desde 1985. Tanto mais que a este propósito há bastantes opiniões contraditórias, superficiais e não objectivas.

O destino assim o quis que, quando me vi à frente do Estado, já era claro que algo estava mal

com o país. Temos tudo: terra, petróleo e gás, outras riquezas naturais e Deus não nos privou de inteligência e talentos, mas vivemos bem pior do que nos países desenvolvidos, atrasámo-nos cada vez mais em relação a eles.

A causa já era evidente: a sociedade sufocava nas garras do sistema burocrático e de comando. Condenada a servir a ideologia e a suportar o terrível fardo da corrida aos armamentos, ela encontrava-se no limiar das possibilidades.

Todas as tentativas de reformas pontuais, e foram numerosas, falharam umas atrás das outras. O país perdia a perspectiva. Não se podia viver mais assim. Era preciso mudar radicalmente tudo.

Por isso, nunca me arrependi de não ter utilizado o cargo de Secretário-Geral apenas para ‘reinar’ alguns anos. Considero isso irresponsável e imoral.

Eu compreendia que se tratava de uma tarefa difícil e até arriscada começar reformas de tal envergadura e numa sociedade como a nossa. Mas ainda hoje estou convencido da verdade histórica das reformas democráticas que foram iniciadas na Primavera de 1985.

O processo de renovação do país e de mudanças radicais na comunidade mundial mostrou ser muito mais complexo do que se supunha. Porém, o que foi feito deve ser avaliado com dignidade:

— A sociedade recebeu liberdade, libertou-se política e moralmente. E esta é a principal conquista, de que ainda não tomamos consciência até ao fim e, por isso, não aprendemos a gozar da

liberdade. Não obstante, o trabalho realizado tem um significado histórico.

— Foi liquidado o sistema totalitário que impedia há muito o país de se tornar próspero e rico.

— Foi dado um salto na via das transformações democráticas. Tornaram-se reais as eleições livres, a liberdade de expressão, as liberdades religiosas, os órgãos de poder representativos, o multipartidarismo. Os direitos humanos foram reconhecidos como princípio supremo.

— Começou o movimento para a economia pluralista, afirma-se a igualdade de todas as formas de propriedade. No quadro da reforma agrária, começou a renascer o campesinato, apareceram os camponeses individuais, milhões de hectares foram entregues a habitantes do campo e da cidade. Foi legitimada a liberdade económica do produtor e começaram a ganhar força os empresários, sociedades por acções, a privatização.

— Ao virar a economia para o mercado, é importante recordar que isso é feito em prol do homem. Nestes tempos difíceis, tudo deve ser feito para a sua segurança social, dizendo isto especialmente respeito aos velhos e crianças.

Nós vivemos num mundo novo:

— Foi posto fim à guerra fria, foi travada a corrida aos armamentos e a militarização desenfreada do país que deformara a nossa economia, a consciência social e a moral. Foi retirada a ameaça da guerra mundial.

Quero sublinhar uma vez mais que, no período de transição, tudo foi feito da minha parte

para manter o controlo seguro das armas nucleares.

— Nós abrimo-nos ao mundo, renunciámos à ingerência nos assuntos alheios, ao emprego de tropas fora das fronteiras do país. E responderam-nos com confiança, solidariedade e respeito.

— Nós transformámo-nos num dos principais pilares da reorganização da civilização actual em bases pacíficas, democráticas.

— Os povos, as nações, receberam a liberdade real de escolher a via da sua autodeterminação. As buscas de uma reforma democrática do Estado multinacional levaram-nos ao limiar da assinatura de um novo Tratado da União.

Todas essas mudanças exigiram enorme tensão, ocorreram numa luta aguda, enfrentando a resistência crescente do velho, caduco, reaccionário, das antigas estruturas do partido e do Estado, do aparelho económico, dos nossos hábitos, dos preconceitos ideológicos, da psicologia niveladora e dependente. Elas esbarraram na nossa intolerância, no baixo nível da cultura política, no receio de mudanças. Por isso perdemos muito tempo. O velho sistema ruiu ainda antes do novo ter começado a funcionar. E a crise da sociedade agudizou-se ainda mais.

Tenho conhecimento do descontentamento face à actual situação difícil, da crítica dura das autoridades de todos os níveis e da minha própria acção. Mas gostaria de sublinhar uma vez mais: mudanças radicais num país tão grande, e com esta herança, não podem ocorrer sem dores, dificuldades e convulsões.

O golpe de Agosto fez agudizar a crise ao extremo. A desintegração do Estado é o mais mortal nesta crise. E, hoje, preocupa-me a perda, por parte dos nossos cidadãos, da cidadania de um grande país. As consequências poderão ser muito difíceis para todos.

Considero ser vitalmente importante conservar as conquistas democráticas dos últimos anos. Elas são fruto de toda a nossa história, da nossa experiência trágica. Não podemos renunciar a elas em caso algum e sob pretexto algum. Caso contrário, todas as esperanças num futuro melhor serão sepultadas.

Falo de tudo isto de forma sincera e directa. Trata-se do meu dever moral.

Hoje, quero agradecer a todos os cidadãos que apoiaram a política da renovação e participaram na realização das reformas democráticas.

Agradeço aos estadistas, políticos e activistas sociais, a milhões de pessoas no estrangeiro, a todos os que compreenderam as nossas intenções, apoiaram-nas, aos que vieram ao nosso encontro, cooperaram sinceramente connosco.

Abandono o meu cargo com preocupação. Mas também com esperança, com fé em vós, na vossa sabedoria e força de espírito. Nós somos herdeiros de uma grande civilização e, hoje, depende de todos e de cada um de nós o seu renascimento para uma vida moderna e digna.

Quero agradecer de todo o coração aos que, nestes anos, juntamente comigo, defenderam a causa justa e boa. Talvez tivesse sido possível evitar alguns erros, fazer muito melhor. Mas estou convencido de que, cedo ou tarde, os nossos

esforços darão os seus frutos, os nossos povos irão viver numa sociedade próspera e democrática.

Desejo o melhor a todos vós» (No «*Bureau Político do PCUS*, pp. 743-746).

Porém, há outras opiniões sobre o que levou Gorbatchov e os seus apoiantes no PCUS a iniciar as reformas. Alguns analistas e historiadores consideram que a elite soviética vivia em «condições miseráveis» se comparada com elites de países do Terceiro Mundo, para já não falar das dos países desenvolvidos. Por isso, ela tencionava transformar-se de gerentes em proprietários da propriedade pública.

Segundo esta teoria, a elite soviética não tencionava criar uma economia de mercado livre (Kurguinian, Serguei, «Gorbatchov — O grande mal». Programa *Ekspert*, 4 de Março de 2011. In: www.russia.ru).

Outros defendem que a *perestroika* não passou de um produto da acção de serviços secretos ocidentais, com a ajuda de uma extensa rede de «agentes de influência» e utilizando os erros cometidos na construção do socialismo na URSS, para destruir o «campo socialista» (S. Kará-Murza, *Civilização Soviética*. Moscovo, 2001).

Seja como for, voluntária ou inconscientemente, a política de Mikhail Gorbatchov irá ainda reflectir-se durante muitos anos não só na vida da Rússia e das 14 antigas repúblicas soviéticas, mas também na política mundial.

Capítulo IX

O duelo de dois gigantes

A história política da URSS entre 1985 e 1991 ficou marcada pelo duelo entre duas personagens importantes: Mikhail Sergueevitch Gorbatchov e Boris Nikolaevitch Ieltsin. Por isso, será importante analisar com maior pormenor a biografia de cada um dos políticos.

Mikhail Gorbatchov nasceu numa família soviética típica a 2 de Março de 1931, em Privolnii, vila do Sul da Rússia. O pai, Serguei Gorbatchov, era mecânico numa unidade colectiva agrícola quando, em Agosto de 1941, foi mobilizado para o Exército Vermelho e combateu praticamente até ao fim da II Guerra Mundial, em 1945. Nos finais de Maio de 1944, a família recebeu a notícia da sua morte na frente de combate, mas, algum tempo depois, uma carta do soldado desmentia essa informação.

Regressado a casa, o pai voltou à profissão de mecânico, tendo transmitido ao filho o gosto por essa profissão. Em 1949, Mikhail é condecorado

com a Ordem da Bandeira Vermelha por «trabalho heróico na colheita de cereais».

A mãe de Gorbatchov, Maria, dedicou toda a sua vida ao trabalho num *kolkhoz* (unidade agrícola estatal).

A família do futuro reformador, tal como milhões de famílias soviéticas, não escapou à máquina repressiva estalinista. Em 1937, o seu avô materno, Pantelei Gopkalo, foi detido como «membro de uma organização *trotskista* de direita e contra-revolucionária». Passou catorze meses na prisão, tendo sido sujeito a torturas. Salvo do fuzilamento por um ajudante do procurador do distrito de Stavropol, foi libertado em Dezembro do ano seguinte e eleito presidente do *kolkhoz* em 1939.

O seu avô paterno, Andrei, viu três dos seus seis filhos morrer de fome devido à política agrícola do regime comunista. Em 1934, foi preso por não ter cumprido o plano de sementeira de cereais, pois nada tinha para semear, e foi desterrado para a região de Irkutsk, na Sibéria. Foi libertado dois anos depois, por bom comportamento, e regressou à terra natal.

Após terminar a escola secundária, Mikhail Gorbatchov ingressa, sem realizar quaisquer tipos de exames, na Faculdade de Direito da Universidade Estatal de Moscovo em 1950. Além da sua origem operário-camponesa, ele tinha sido condecorado e era candidato a membro do PCUS.

É nessa universidade que Gorbatchov encontra o amor da sua vida: Raísa Titarenko, com quem se casou em Setembro de 1953.

Regressado a casa, Mikhail Gorbatchov faz uma impetuosa carreira na Juventude Comunista Soviética (Komsomol) e no PCUS, realizando

um intenso trabalho principalmente no campo da agricultura, um dos «tendões de Aquiles» do sistema económico soviético.

A 27 de Novembro de 1978, Gorbatchov é eleito, no plenário do CC do PCUS, Secretário do CC do PCUS, ficando novamente com a pasta da agricultura.

Nas estruturas do poder soviético, as pastas ligadas à agricultura não eram as melhores para fazer carreira, bem pelo contrário, devido ao estado desse sector económico. Segundo uma anedota soviética, «a agricultura soviética enfrenta quatro importantes obstáculos: Primavera, Verão, Outono e Inverno».

Porém, Mikhail Gorbatchov foi subindo na hierarquia do PCUS até ser eleito Secretário-Geral desse partido em Março de 1985. O país, até aí completamente governado por um grupo de gerontocratas, necessitava de um líder jovem, capaz de reformar o sistema soviético estagnado.

A política do novo dirigente, por ele denominada como «democratização», baseava-se em três pilares fundamentais: *perestroika* (reestruturação) e *glasnost* (transparência) na política interna e «novo pensamento político» na política externa.

No plano interno, a Gorbatchov deve-se a desmontagem do sistema comunista na URSS. No plano externo, o fim da «guerra fria» com os Estados Unidos.

Os serviços perante a humanidade trouxeram-lhe o Prémio Nobel da Paz, em Outubro de 1990, mas, no seu país, continua a ser um político impopular.

Entre os erros da sua política, Gorbatchov destaca o facto de, em 1987, quando Boris Ieltsin, que fora trazido da província para Moscovo por ele, se ter revoltado contra a sua política, «não o ter enviado como embaixador para uma qualquer república das bananas».

Depois de ter abandonado o cargo de Presidente da URSS, em Dezembro de 1991, o dirigente soviético criou a Fundação Gorbatchov e dedicou-se a obras sociais e humanitárias.

Os adversários políticos de Mikhail Gorbatchov criticam-no quando faz publicidade a *pizzas* ou malas de viagem, mas o antigo Presidente da União Soviética responde que o objectivo é conseguir meios para apoiar causas nobres.

Depois de ter abandonado o cargo de Presidente da URSS, em Dezembro de 1991, Gorbatchov criou uma fundação com o seu nome, que realiza um intenso trabalho de investigação histórica, nomeadamente no campo da publicação de documentos relativos à história da *perestroika*, processo de reformas ocorrido na URSS entre 1985 e 1991.

Gorbatchov participa também numa série de programas humanitários e ecologistas na Rússia e no estrangeiro.

Em 1993, Gorbatchov criou, na Suíça, a Cruz Verde Internacional, análoga da Cruz Vermelha, mas no campo da ecologia.

A organização coloca como objectivos: «prevenir e resolver conflitos que surjam devido à deterioração da situação ecológica, prestar ajuda às pessoas que sofram devido a consequências ecológicas de guerras, elaborar normas jurídicas

e éticas que se tornem a base da criação de um mundo ecologicamente seguro».

A mulher do reformador soviético, Raísa Gorbatchova, morreu de leucemia. Gorbatchov decidiu criar uma fundação para financiar o tratamento de crianças com cancro e investigação no combate a essa doença.

Entre 2006 e 2010, conseguiu juntar mais de 10 milhões de euros, que foram empregues na aquisição de aparelhos modernos para dois hospitais pediátricos em Moscovo e São Petersburgo (este último com o nome de Raísa Gorbatchova).

Parte do dinheiro foi entregue à Fundação Marie Curie, organização que se dedica a combater o cancro.

Iniciador da liberdade de imprensa na União Soviética, Gorbatchov apoia alguns órgãos de informação independentes na Rússia, nomeadamente o jornal *Novaya Gazeta*, onde trabalhou Anna Politkovskaia, conhecida jornalista assassinada em 2007.

Mikhail Gorbatchov está também na origem do Fórum da Nova Política (FNP), organização criada em 2010 com vista à análise informal dos problemas internacionais.

A primeira assembleia do FNP realizou-se em Outubro do ano passado na Bulgária.

O seu adversário político, **Boris Ieltsin**, nasceu numa aldeia (Butka) dos Urais, a 1 de Fevereiro de 1931. Tal como Gorbatchov, o futuro Presidente da Rússia nasceu e cresceu numa família tipicamente soviética. O pai, Nikolai Ieltsin, operário da construção civil, foi também vítima da máquina repressiva estalinista. A mãe era costureira.

Na infância, uma granada rebentou-lhe nas mãos quando tentava desmontá-la, tendo perdido dois dedos, o que lhe permitiu, mais tarde, não prestar serviço militar.

Depois de terminar a escola, ingressa na Faculdade de Construção do Instituto Politécnico dos Urais em 1950, tendo-se formado em Engenharia da Construção Civil.

Em 1961, Ieltsin adere ao PCUS, onde inicia a sua carreira política que o irá trazer a Moscovo. Porém, antes disso, em 1977, ele cumpre uma decisão do *Bureau* Político do CC do PCUS de destruir a «casa de Ipatiev», onde a família real russa tinha sido fuzilada pelos comunistas em 1918.

Em Abril de 1985, por recomendação de Egor Ligatchov, Gorbatchov chama-o para Moscovo e nomeia-o chefe da Direcção de Construção do CC do PCUS. Em Junho do mesmo ano, é eleito secretário do CC do PCUS para a Construção.

Em Dezembro do mesmo ano, Ieltsin passa a dirigir o Comité da Cidade de Moscovo do PCUS, tendo-se notabilizado por acções populistas como as viagens nos transportes públicos e inspecções nas lojas.

No XXVI Congresso do PCUS, em Fevereiro de 1986, foi eleito membro suplente do *Bureau* Político do CC do PCUS. Ieltsin começa a fazer fortes críticas a alguns membros da direcção soviética, incluindo Gorbatchov e Ligatchov, acusando-os de não darem o ritmo necessário à *perestroika*, mas é obrigado a retratar-se.

A 9 de Novembro de 1987, é internado supostamente devido a uma crise cardíaca, mas Gorbatchov, Rijkov e outros dirigentes comunistas soviéticos

afirmam que se tratou de uma tentativa de suicídio (M. Gorbatchov, *Vida e Reformas*. Moscovo, 1995; V. Vorotnikov, *Foi Assim... Do Diário de Um Membro do BP do CC do PCUS*. Moscovo, 1995).

Dois dias depois, num plenário do Comité de Moscovo do PCUS, Ieltsin reconheceu os seus erros, o que não evitou ser afastado da direcção desse órgão, mas Gorbatchov nomeou-o vice-presidente do Comité Estatal de Construção da URSS.

O dirigente soviético arrependeu-se mais tarde de não o ter enviado então como embaixador soviético para «uma qualquer república das bananas».

As posições de Ieltsin reforçam-se seriamente depois de ter sido eleito no Congresso de Deputados do Povo da URSS a 26 de Março de 1989. Em Moscovo, ele conseguiu o apoio de 91,53% dos votos, infringindo uma derrota humilhante ao candidato comunista Evgueni Brakov. Gorbatchov tentou impedir a sua eleição para membro do Soviete Supremo da URSS, mas perdeu, pois um dos eleitos para esse órgão, A. Kazankin, cedeu-lhe o seu lugar.

Boris Ieltsin vê-se envolvido em escândalos e incidentes pouco claros. As autoridades comunistas atribuem-os ao álcool, mas essas acusações apenas contribuem para o aumento da sua popularidade entre os russos. Em 16 de Maio de 1989, foi eleito Deputado do Povo da Federação da Rússia e, no dia 29, foi eleito, à terceira tentativa, Presidente do Soviete Supremo da RSFSR.

Reforçado o seu poder, ele abandonou o PCUS no Verão de 1990 e, a 19 de Fevereiro de 1991, exige, numa intervenção televisiva, a demissão de Mikhail Gorbatchov e a entrega do poder ao Conselho

da Federação, organismo que devia reunir os dirigentes das 15 repúblicas soviéticas.

A 12 de Junho de 1991, Ieltsin, nas primeiras eleições presidenciais realizadas na Rússia, foi eleito com 57,30% dos votos, o que lhe deu uma legitimidade bem mais sólida do que aquela que detinha Gorbachov.

Quando o seu adversário político é isolado a 19 de Agosto de 1991, Boris Ieltsin dirige a onda popular de descontentamento contra essa e outras medidas dos golpistas comunistas e, depois de os vencer, aproveita também a oportunidade para se livrar de Gorbachov ao enveredar claramente pela via da desmontagem da União Soviética.

«Boris Ieltsin e a sua corte tinham orientações políticas claras. Antes de tudo, imediatamente, num dia, queriam a demolição, não só política, mas também económica da URSS, a liquidação de todos os possíveis órgãos económicos de coordenação, incluindo as esferas das financeiras e crédito», recorda Gregori Iavlinski, conhecido economista russo.

Depois de várias tentativas falhadas de Gorbachov de salvar o que ainda era possível da URSS, Ieltsin reúne-se com os dirigentes da Ucrânia e da Bielorrússia e dissolveram a União Soviética.

A perspectiva de que a independência política e económica da Rússia permitiria a solução dos numerosos problemas que ela enfrentava não se concretizou. O país mergulhou numa profunda crise económica e social, não obstante a «terapia de choque» realizada pelo primeiro-ministro liberal Egor Gaidar.

Afastado Gorbachov, Ieltsin lança-se num longe e pesado confronto com o Soviete Supremo

da Rússia, onde a oposição à sua política tinha fortes posições. Por exemplo, ela obrigou o Presidente a substituir Gaidar por Victor Tchernomirdin à frente do Governo Russo a 10 de Dezembro de 1992.

As contradições entre Ieltsin e o Soviete Supremo eram cada mais graves e transformaram-se num sangrento combate. A 3 de Outubro de 1993, depois de destacamentos de apoiantes do Parlamento terem atacado vários edifícios em Moscovo, tanques das Forças Armadas da Rússia dispararam contra o edifício do Soviete Supremo, obrigando-o à rendição.

Ieltsin convocou eleições parlamentares e um referendo sobre a nova Constituição da Rússia para 12 de Dezembro, mas os resultados das votações estiveram longe de ser favoráveis ao dirigente russo. A nova Lei Suprema foi aprovada por 58,4% dos votos, tal como ele pretendia, mas a Duma Estatal (câmara baixa) do Parlamento da Rússia passou a ser controlada por comunistas e nacionalistas.

O Presidente russo também foi incapaz de impedir a sangrenta guerra na Tchetchénia, facto que não contribuiu para a sua popularidade. Esta era tão grande que foi necessário falsificar as eleições presidenciais de 1996 para que fosse reeleito.

O poder concentrava-se cada vez mais nas mãos de um grupo de oligarcas que se tinham apoderado de forma pouco transparente dos sectores mais rentáveis da economia russa: extracção de gás e petróleo, metalurgia, etc.

O baixo preço do petróleo e do gás, as dificuldades económicas cada vez maiores, os gastos com

a guerra da Tchetchénia e a corrupção levaram o Estado a declarar falência a 17 de Agosto de 1998.

Preocupada com a degradação da situação política, económica e social, a «corte do czar Boris» tentou encontrar uma saída: a demissão antecipada de Ieltsin do cargo de Presidente e a sua substituição por um homem da sua confiança.

No último dia do século xx, Boris Ieltsin demitiu-se e entregou o poder a um coronel pouco conhecido dos serviços secretos russos: Vladimir Putin.

Como se veio a ver mais tarde, a aposta da oligarquia russa foi bastante funesta para ela própria. Boris Berezovski, o «descobridor» de Putin, fugiu para Londres, Mikhail Khodorkovski está na cadeia e os restantes magnatas tornaram-se obedientes.

Isolado numa *datcha* presidencial, ou melhor, uma «gaiola dourada» nos arredores de Moscovo, Ieltsin faleceu a 23 de Abril de 2007.

Breve glossário

- Abuladze, Tengiz (1912-1994)** — realizador de cinema soviético e georgiano. Entre os seus filmes destaca-se a obra *Arrependimento*, que deu início a uma intensa discussão sobre os crimes estalinistas na URSS.
- Afanassiev, Iúri (1934-...)** — político e historiador soviético e russo. Um dos mais conhecidos dirigentes da oposição democrática ao Presidente Gorbatchov.
- Aganbeguian, Abel (1932-...)** — economista soviético, membro da Academia das Ciências da URSS. Nos anos da *perestroika* foi conselheiro de Gorbatchov para questões económicas.
- Akhmatova, Anna (1889-1966)** — uma das maiores poetisas do século xx. A sua família foi alvo de repressões do regime soviético e parte da sua obra foi censurada.
- Baklanov, Oleg (1932-...)** — político e estadista soviético. Ministro da Indústria da URSS, um dos dirigentes do golpe de Estado de 19 de Agosto de 1991.
- Bassaiev, Chamil (1965-2006)** — um dos mais conhecidos comandantes da guerrilha separatista tchetchena. Organizou numerosos actos e acções terroristas em várias regiões da Rússia. Fazia parte das listas de terroristas da ONU, Estados Unidos e União Europeia. Liquidado pelos serviços secretos russos.
- Berezovski, Boris (1946-...)** — oligarca e político russo. Um dos homens mais fortes na «corte» do Presidente Ieltsin. Esteve entre os que recomendou Vladimir Putin para substituir Ieltsin no cargo de Presidente, mas, depois, teve de refugiar-se em Londres quando deixou de ser necessário ao novo dirigente russo.
- Bonner, Elena (1923-2011)** — activista social e política soviética e russa, defensora dos direitos humanos. Esposa do académico Andrei Sakharov.
- Brejnev, Leonid (1907-1982)** — estadista e político soviético. Foi Secretário-Geral do CC do PCUS (1964-1982) e Presidente do Soviete Supremo da URSS em 1960-1964, 1977 e 1982.
- Bush, George (1924-...)** — 41.º Presidente dos Estados Unidos da América.

- Ceausescu, Nicolau (1918-1989)** — estadista e político romeno. Secretário-Geral do Partido Comunista da Roménia entre 1965 e 1989 e Presidente da República entre 1974 e 1989.
- Chapochnikov, Evgueni (1942-...)** — militar russo, último Ministro da Defesa da URSS (entre Agosto e Dezembro de 1991).
- Chevarnadzé, Eduard (1928-...)** — político e estadista soviético e georgiano. Ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS entre 1985 e 1990, membro do *Bureau* Político do CC do PCUS. Após o fim da URSS, foi Presidente da Geórgia entre 1995 e 2003, tendo sido derrubado pela «revolução das rosas», que levou ao poder Mikhail Saakachvili.
- Dubcek, Alexandre (1921-1992)** — estadista e político checoslovaco. Foi primeiro-secretário do CC do Partido Comunista da Checoslováquia entre 1968 e 1969. Dirigiu a resistência à invasão soviética que entrou na história como «Primavera de Praga». Em 1989, participa na «revolução de veludo» contra o regime comunista e, depois da vitória, foi eleito Presidente do Parlamento da Checoslováquia.
- Dudaev, Djokhar (1944-1996)** — o único general das Forças Armadas da URSS de origem tchetchena. Nos anos 90 do século xx, regressou à Tchetchénia, onde passou a dirigir o movimento separatista nessa região do Cáucaso soviético. Foi eleito Presidente da República da Tchetchénia/Itchkéria. Assassinado por um míssil russo em 1996.
- Estaline (Djugachvili), José (1878-1953)** — ditador comunista que governou a URSS com braço de ferro entre 1921 e 1953. Personalidade histórica que continua a provocar acesos debates na Rússia.
- Gaidar, Egor (1956-2009)** — estadista e economista soviético e russo. Um dos principais ideólogos e promotores das reformas económicas liberais do início dos anos 90 do século xx na Rússia. Entre 1991 e 1994, ocupou cargos importantes no Governo Russo, tendo sido primeiro-ministro durante seis meses.
- Gorbatchov, Mikhail** — *v. capítulo IX.*
- Gromiko, Andrei (1909-1989)** — estadista e político soviético. Dirigiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros da URSS entre 1957 e 1985, ocupou o cargo de Presidente do Presidium da URSS entre 1985 e 1988.

Grossman, Vassili (1905-1964) – escritor soviético, autor de obras como *Estalinegrado*, *A Vida e o Destino* e *Tudo Passa*. Alguns dos seus livros foram proibidos pela censura soviética.

Havel, Vaclav (1912-...) – escritor, dissidente e estadista checo, último Presidente da República da Checoslováquia (1989-1992) e primeiro Presidente checo (1993-2003).

Iakovlev, Alexandre (1923-2005) – político e estadista soviético; membro e secretário do CC do PCUS entre 1986 e 1990 e membro do *Bureau* Político do CC do PCUS entre 1987 e 1990. Um dos principais ideólogos da *perestroika*.

Ianaev, Guennadi (1937-2010) – político e estadista soviético e russo. Vice-Presidente da URSS (1990-1991) e membro do *Bureau* Político do CC do PCUS (1990-1991). Substituiu Gorbatchov no cargo de Presidente da União Soviética durante o golpe de Estado de Agosto de 1991.

Iazov, Dmitri (1924-...) – ministro da Defesa da URSS entre 1987 e 1991, foi um dos dirigentes do golpe fracassado de 19 de Agosto de 1991 com vista a derrubar Gorbatchov.

Ieltsin, Boris – v. capítulo IX.

Jikov, Todor (1911-1998) – estadista e político búlgaro. Secretário-Geral do CC do Partido Comunista da Bulgária entre 1954 e 1989.

Kadar, Janos (1912-1989) – estadista e político húngaro. Foi Secretário-Geral do Partido Socialista Operário da Hungria entre 1956 e 1988 e ocupou duas vezes (1956-1958, 1961-1965) o cargo de primeiro-ministro.

Katussev, A. (1939-2000) – ocupou o cargo de vice-procurador-geral da URSS nos finais dos anos 80 do século XX. Suicidou-se sem esclarecer o que o levou a fazer a afirmação sobre a morte dos dois azeris, que despoletou a matança de arménios na cidade azeri de Sumgait entre 27 e 29 de Fevereiro de 1988.

Khodorkovski, Mikhail (1963-...) – magnata e político russo. Foi um dos financiadores da reeleição de Ieltsin para o cargo de Presidente da Rússia em 1996. Foi preso e privado de grande parte dos seus bens, incluindo a petrolífera YUKOS, quando decidiu entrar na vida política e enfrentar o Presidente Vladimir Putin.

- Khrushchov, Nikita (1894-1971)** — estadista e político soviético. Ocupou o cargo de primeiro-secretário do CC do PCUS entre 1953 e 1964 e Presidente do Conselho de Ministros da URSS entre 1958 e 1964. Deu início ao processo de «desestabilização» do país, foi derrubado por um golpe palaciano em 1964, dirigido por Leonid Brejnev.
- Kohl, Helmut (1930-...)** — político e estadista alemão. Chanceler da República Federal da Alemanha entre 1982 e 1998, pai da reunificação alemã.
- Kolbin, Guennadi (1927-1998)** — político soviético, primeiro-secretário do CC do Partido Comunista do Cazaquistão entre 1986 e 1989. Entre 1981 e 1990 foi membro do CC do PCUS, deputado do povo da URSS.
- Kriutchkov, Vladimir (1924-2007)** — político e estadista soviético e russo. Dirigente do Comité de Defesa do Estado (KGB) da URSS entre 1988 e 1991. Foi o inspirador e um dos dirigentes do golpe de Agosto de 1991 com vista a derrubar Gorbatchov.
- Kunaev, D. (1912-1993)** — estadista e político soviético. Foi primeiro-secretário do CC do Partido do Cazaquistão entre 1960 e 1962 e membro do BP do CC do PCUS entre 1964 e 1986. Três vezes Herói do Trabalho Socialista.
- Lenine, Vladimir (1870-1924)** — estadista e político russo e soviético. Dirigente do golpe comunista de Outubro de 1917 e criador da URSS.
- Ligatchov, Egor (1920- ...)** — estadista e político soviético, secretário do CC do PCUS entre 1985 e 1990 e membro do Bureau Político do CC do PCUS entre 1985-1990.
- Lukianov, Anatoli (1930- ...)** — estadista e político soviético. Foi Presidente do Soviete Supremo da URSS entre 1990 e 1991. Foi condenado a prisão por cumplicidade com os golpistas de 19 de Agosto de 1991. Depois de libertado, foi deputado da Duma Estatal da Rússia pelo Partido Comunista durante dez anos.
- Maskhadov, Aslan (1951-2005)** — um dos mais conhecidos comandantes da guerrilha separatista tchetchena, que dirigiu entre 1997 e 2005. Presidente da República Tchetchénia (Itchekéria) no mesmo período. Assassinado pelos serviços secretos russos.

- Mladenov, Piotr (1936-2000)** – político e estadista búlgaro. Ocupou o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bulgária entre 1971 e 1989. Depois do afastamento de Todor Jidkov, ocupou o cargo de Presidente da Bulgária entre 1989 e 1990, tendo sido obrigado a demitir-se devido aos protestos da oposição anticomunista.
- Molotov (Skriabin), Viatcheslav (1890-1986)** – estadista e político soviético. Dirigiu o Governo Soviético entre 1930 e 1941 e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da URSS (1939-1949 e 1953-1956).
- Nadjibulla, Muhammed (1947-1996)** – político e estadista afegão. Presidente do Afeganistão entre 1987 e 1992. Três anos depois da retirada das tropas soviéticas do território afegão, foi derrubado pela oposição, tendo sido, depois, enforcado pelos talibã.
- Nazarbaiev, Nussultan (1940-...)** – político e estadista soviético e cazaque. Entre 1989 e 1991, ocupou o cargo de primeiro-secretário do Partido Comunista do Cazaquistão. Depois da desintegração da URSS, foi eleito Presidente do Cazaquistão, cargo que ocupa até hoje.
- Pasternak, Boris (1890-1960)** – poeta e escritor russo e soviético. Conhecido no Ocidente como autor do romance *Doutor Jivago*, Pasternak é também um dos maiores poetas do século xx. Recebeu o Prémio Nobel da Literatura de 1958.
- Pavlov, Valentin (1937-2003)** – primeiro-Ministro da URSS entre 14 de Janeiro e 22 de Agosto de 1991. Autor de uma das mais impopulares reformas monetárias na União Soviética; um dos dirigentes do golpe de Estado de 1991.
- Politkovskaia, Anna (1958-2006)** – conhecida jornalista russa que denunciou os crimes das tropas russas nas guerras da Tchetchénia. Foi assassinada a tiro, mas até hoje não foram detidos os autores e os mandantes do crime.
- Popov, Gavrill (1936- ...)** – político e economista soviético e russo. Deputado do Povo da URSS. Um dos dirigentes da oposição democrática ao Presidente Gorbatchov. Presidente da Câmara de Moscovo em 1991 e 1992.

- Pugo, Boris (1937-1991)** – estadista e político soviético. Membro do CC do PCUS (1986-1990), ministro do Interior da URSS (1990-1991). Um dos dirigentes do golpe de Estado de 19 de Agosto de 1991 para derrubar Gorbachov, suicidou-se depois de constatar o fracasso dessa iniciativa.
- Putin, Vladimir (1952- ...)** – político e estadista soviético e russo. Saído do seio do KGB (polícia política soviética), Putin fez rápida carreira política na era de Ieltsin. Presidente da Rússia entre 2000 e 2008. Actualmente, Primeiro-Ministro do Governo Russo.
- Reagan, Ronald (1911-2004)** – 40.º Presidente dos Estados Unidos da América (1981-1989).
- Ribakov, Anatoli (1911-1998)** – escritor soviético e russo. Autor de romances como *Punhal*, *Areias Pesadas* e *Os Filhos de Arbat*.
- Ribbentrop, Joachim (1893-1946)** – Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha nazi entre 1938 e 1945.
- Rijkov, Nikolai (1928-...)** – político e estadista soviético. Entre 1985 e 1990, foi Presidente do Conselho de Ministros.
- Rust, Mattias (1968-...)** – piloto amador alemão que, depois de ter ultrapassado todos os sistemas de defesa antiaérea soviéticos, aterrou, num *Cessna 172* na Praça Vermelha de Moscovo a 28 de Maio de 1987. Esta falha foi utilizada por Gorbachov para fazer uma limpeza nas Forças Armadas da URSS.
- Sinatra, Frank (1915-1998)** – conhecido cantor norte-americano.
- Sakharov, Andrei (1921-1989)** – físico e político soviético, membro da Academia das Ciências da URSS, um dos pais da bomba de hidrogénio soviética. Nos anos 70 do século XX, torna-se dissidente e defensor dos direitos humanos, tendo sido perseguido pelas suas actividades. Em 1975, recebeu o Prémio Nobel da Paz. Desempenhou um enorme papel na formação da sociedade civil nos anos da *perestroika*.
- Soloviov, Serguei (1944-...)** – conhecido cineasta soviético e russo.
- Sovtchak, Anatoli (1937-2000)** – político e estadista soviético e russo. Um dos dirigentes do movimento democrático de oposição a Mikhail Gorbachov. Presidente da Câmara de São Petersburgo, um dos autores da Constituição da Rússia de 1993.

Starovoitova, Galina (1946-1998) — política russa, uma das dirigentes da oposição democrática ao Presidente Gorbachov. Especialistas em relações entre etnias, foi assassinada a mando de desconhecidos.

Tchaikovski, Piotr (1840-1893) — compositor russo de renome mundial.

Tchernaiev, Anatoli (1921-...) — político soviético e russo. Em 1961, passou a trabalhar na Secção Internacional do CC do PCUS. Em 1985, passou a ocupar o cargo de assessor de Gorbachov para assuntos internacionais.

Tchernenko, Konstantin (1911-1985) — político e estadista soviético. Secretário-Geral do CC do PCUS entre Fevereiro de 1984 e Março de 1985.

Tchernomirdin, Victor (1938-2010) — político e estadista soviético e russo. Primeiro-Ministro da Rússia entre 1993 e 1998; embaixador da Rússia na Ucrânia entre 2001 e 2009).

Titarenko (Gorbachova), Raísa (1932-1999) — esposa de Mikhail Gorbachov.

Tokes, Laszlo (1952-...) — bispo protestante romeno de origem húngara. O ataque à sua casa pelos serviços secretos romenos, em Dezembro de 1989, deu início ao levantamento popular que derrubou o ditador comunista Ceausescu.

Tsoi, Victor (1962-1990) — poeta, cantor e actor soviético, líder do grupo de música *rock* «Kino». A sua canção *Peremeni* [*Transformações*] tornou-se numa espécie de hino da *perestroika*.

Walesa, Lech (1943-...) — político e sindicalista polaco. Fundador do «Solidariedade», sindicato independente que ousou enfrentar o regime comunista e vencê-lo. Foi Presidente da Polónia entre 1990 e 1995.

Jaruzelski, Wojciech (1923-...) — político e militar polaco. Ministro da Defesa da Polónia entre 1969 e 1983, Primeiro-Ministro entre 1981 e 1985 e Presidente da República entre 1989 e 1990. Está actualmente a ser julgado pela sua actualização na vida política polaca nos anos 80 do século xx.

O livro **O ESSENCIAL SOBRE
O FIM DO IMPÉRIO SOVIÉTICO**
é uma edição da
IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA
tem como autor
JOSÉ MILHAZES
com design e capa do atelier
SILVADESIGNERS
e composição
INCM/MRC — MARCAÇÃO, REVISÃO E COMPOSIÇÃO
tem o ISBN **978-972-27-2013-7**
e depósito legal **334 729/11**.
A primeira edição de **5000** exemplares
acabou de ser impressa no mês de **DEZEMBRO**
do ano **DOIS MIL E ONZE**.
CÓD. 1018397

www.incm.pt
www.facebook.com/INCM.Livros
editorial.apoiocliente@incm.pt

O E S S E N C I A L S O B R E

O Fim do Império Soviético

José Milhazes

O processo que entrou na História da Humanidade com o nome de *perestroika* foi, é e continuará a ser objecto de acaloradas e acesas discussões, pois tratou-se de um fenómeno que alterou radicalmente os destinos do planeta Terra.

O processo que levou à queda do império soviético pode ser colocado ao lado de acontecimentos relevantes do século XX como as I e II Guerras Mundiais, a revolução comunista na Rússia de 1917 ou a formação da União Europeia.

ISBN 978-972-27-2013-7



9 789722 720137

INCM
IMPRESA NACIONAL CASA DA MONEDA